

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**Desenvolvimento territorial sustentável e inovações  
sociofinanceiras no Litoral Sul Catarinense: Cresol Garopaba**

KIENENCY DUARTE

Florianópolis, julho de 2012.

KIENENCY DUARTE

**Desenvolvimento territorial sustentável e inovações  
sociofinanceiras no Litoral Sul Catarinense: Cresol Garopaba**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado para obtenção do grau de  
Engenheiro Agrônomo, no Curso de  
Agronomia, Centro de Ciências  
Agrárias, Universidade Federal de  
Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo

FLORIANÓPOLIS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**Desenvolvimento territorial sustentável e inovações sociofinanceiras  
no Litoral Sul Catarinense: Cresol Garopaba**

KIENENCY DUARTE

Monografia aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para obtenção do título de  
Bacharel em Agronomia.

---

Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo

---

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella

---

Andréia Tecchio, Esp.Mestranda em Agroecossistemas

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter iluminado minhas ideias.

Aos meus Pais e minhas irmãs por todo o carinho, apoio e atenção.

Ao meu Orientador Fábio Luiz Búrigo, e supervisor Ademir Antonio Cazella, pelo incentivo prestado durante os meses de laboratório. Por terem confiado no meu trabalho e terem investido nas realizações de estágios e viagens de estudo. Auxiliando na minha formação e me preparando para o mercado de trabalho.

A equipe do Laboratório LEMATE, André Luiz Nicoluzzi, Stephany Ramos de Souza e Victor Ferreira, por todo o apoio, e principalmente pela amizade e companheirismo que criamos durante toda a nossa caminhada e conquista e por compartilharem comigo de todas as experiências vividas.

Ao Sistema Cresol, por toda a atenção prestada e por me receber durante todos os estágios realizados, e pelo conhecimento adquirido.

A Andréia Tecchio e Adinor José Capellesso, pela orientação prestada e pelo auxílio na construção deste trabalho.

As minhas amigas pela paciência e atenção.

Ao meu namorado e amigo que me ajudou nos momentos de dificuldades, entendeu minhas incertezas e cuidou com carinho para que eu não desanimasse.

Aos agricultores e pescadores por todo o ensinamento durante as etapas de extensão.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente para conclusão deste trabalho.

“Aprenda a construir todas as suas estradas no hoje, porque o terreno do amanhã é incerto demais para os planos, e o futuro tem o costume de cair meio em vão...” (Shakespeare).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>13</b>
1.1 CONCEITUAÇÕES E BREVE REVISÃO .....	13
1.1.1 A ideia do desenvolvimento e suas múltiplas dimensões.....	13
1.1.2 A territorialização do desenvolvimento.....	16
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CRÉDITO RURAL.....	22
<b>2 COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL</b>	
<b>SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>27</b>
2.1 COOPERATIVISMO .....	27
2.2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO .....	28
2.3 CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO .....	34
2.4 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO.....	39
2.5 CRESOL .....	41
2.6 OS PESCADORES E O COOPERATIVISMO .....	47
<b>3 PROJETO DE FOMENTO AO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO</b>	
<b>DESENVOLVIDO EM GAROPABA (SC) .....</b>	<b>51</b>
3.1 A REGIÃO DE ESTUDO: HISTÓRICO, ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.....	52
3.2 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE EXTENSÃO.....	58
3.3 INAUGURAÇÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO AO COOPERADOPAC .....	65
3.4 CRESOL IMARUÍ E SUA EXPERIÊNCIA JUNTO A PESCADORES....	67
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## LISTA DE ABREVIATÖES

Ancosol - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

BC – Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento

Confesol - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

Cresol – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária

DST – Desenvolvimento Territorial Sustentável

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEMATE - Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território

MCR – Manual do Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

OCB - Organização das Cooperativas Brasileira

ONG – Organizações Não Governamentais

PAC – Posto de Atendimento Cooperativo

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDT- Secretaria do Desenvolvimento Territorial

SFN – Sistema Financeiro Nacional

Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

Sicred- Sistema de Crédito Cooperativo

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

**LISTA DE TABELAS E QUADROS**

<b>Tabela 1</b> - Evolução do segmento das cooperativas no Brasil (2005 e 2011) .	28
<b>Tabela 2</b> - Número de cooperativa, PAC´s e associados do Sistema Cresol (2011).....	43
<b>Tabela 3</b> - Evolução da carteira de repasses, recursos próprios e depósitos na Cresol Baser - em R\$ milhões (2009-2011) .....	44
<b>Tabela 4</b> - Participação relativa da população por situação do domicílio, segundo Brasil, Santa Catarina e Garopaba (2007).....	54
<b>Tabela 5</b> - Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) Garopaba (1970-2000) .....	54
<b>Tabela 6</b> - Índice de Desenvolvimento Familiar de Garopaba (out/2008) .....	55
<b>Tabela 7</b> - Produto Interno Bruto de Garopaba (2008) .....	55
<b>Tabela 8</b> - Lavoura temporária e permanente no município de Garopaba (2009) .....	56
<b>Tabela 9</b> - Produção animal de Garopaba (2010).....	56



## RESUMO

O trabalho procurou estabelecer ligação entre o desenvolvimento territorial sustentável e o cooperativismo de crédito. Foi realizada revisões bibliográficas sobre o tema, e acompanhamento na criação de uma Cooperativa do sistema Cresol no município de Garopaba. Se buscou dotar zonas pesqueiras de um mecanismo de organização social capaz de organizar a poupança local, aspecto considerado estratégico para o fortalecimento de processos de Desenvolvimento Territorial Sustentável. A abordagem ao desenvolvimento territorial sustentável referiu-se ao fato de se constituir uma instituição capaz de levar o direito que o ser humano tem às condições de vida social, econômica e ambiental e gerar dentro do território uma cooperação social e melhores condições financeiras, se apoiando na sustentabilidade econômica e cultural, para garantir este processo as gerações futuras. As cooperativas de crédito valorizam as relações de proximidade e cumprem papel relevante na execução de políticas públicas de crédito, constituindo-se num propulsor para o desenvolvimento de comunidades tradicionais. Sendo assim, o projeto busca estimular os pescadores artesanais, aquicultores e agricultores familiares localizados a constituir instituições financeiras análogas às existentes junto aos agricultores familiares de outras regiões do estado. O trabalho de extensão realizado, constituiu-se de reuniões, etapas de sensibilização, mobilização, filiação e abertura do Posto de Atendimento Cooperativo. O objetivo principal era a constituição de uma cooperativa de crédito singular, devido a alguns fatores levantados se optou primeiramente pela abertura de um posto de atendimento cooperativo, filiado a uma singular próxima da região que possui como perfil cooperados que possuem vínculo com a pesca.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Territorial Sustentável; Cooperativismo de Crédito; Cresol;

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar as ações de extensão desenvolvidas pela equipe do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC). Por meio do projeto “Promoção do Cooperativismo de Crédito junto a Pescadores e Aquicultores Familiares”, a equipe do LEMATE está buscando solucionar um dos maiores entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar no Brasil: o acesso de produtores familiares ao crédito rural. Além disso, atua no sentido de dotar zonas pesqueiras e de aquicultura de um mecanismo de organização social capaz de organizar a poupança local, aspecto considerado estratégico para o fortalecimento de processos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DST).

As cooperativas de crédito representam oportunidades de acesso aos recursos oficiais. As cooperativas são a herança de um movimento de organização social e de cooperação surgidos no mundo sindical e comunitário e por isso são essenciais no processo de desenvolvimento. Desde o século XIX foram observados o crescimento e a sofisticação das formas de cooperação, principalmente através da constituição de cooperativas (BÚRIGO, 2007). Elas são também um meio de fortalecer a cooperação e aumentar o poder de barganha de grupos sociais tradicionalmente excluídos. A experiência das cooperativas de crédito solidárias no Brasil vem demonstrando que, além de elevar a renda e reestruturar a vida financeira das famílias associadas, essas organizações auxiliam estruturalmente no desenvolvimento do território em que atuam, uma vez que são capazes de canalizar a poupança local para financiar projetos de interesse comunitário.

O Brasil possui um mercado financeiro sofisticado, mas uma parcela expressiva da população não tem acesso ou depara-se com falhas no atendimento prestado. Algumas organizações ligadas à agricultura familiar vêm superando esse quadro pela criação de cooperativas de crédito rural. Essa forma de cooperação tem condições de propiciar resultados semelhantes para outras categorias sociais, que não dispõem de serviços financeiros de qualidade.

Nas últimas décadas, o meio rural brasileiro viveu um período de intensa mobilização. Em algumas regiões, esse movimento traduziu-se na formação de redes de cooperativas de crédito rural. Esse trabalho envolveu milhares de agricultores familiares e inúmeras organizações de apoio e, em duas décadas, gerou expressivos resultados em termos sociais, políticos, ecológicos e econômicos. Por várias razões, os pescadores artesanais e os aquicultores não se integraram a esse movimento de mobilização e de expansão do cooperativismo de crédito rural. Essa situação dificulta o dinamismo econômico de regiões e a vida financeira das famílias de pescadores e de aquicultores. Alguns problemas de ordem socioeconômica superados em muitas zonas rurais pela ação das cooperativas de crédito rural tendem a persistir em locais onde predomina a pesca artesanal.

O cooperativismo de crédito representa, portanto, uma oportunidade para as comunidades pesqueiras e aquícolas brasileiras suprirem as suas necessidades financeiras de forma sinérgica, melhorando o atendimento de serviços bancários e potencializando o desenvolvimento territorial segundo os princípios da sustentabilidade e da economia de proximidade.

O objetivo do geral deste trabalho foi estudar o processo de criação de uma organização cooperativa de crédito no município de Garopaba, região com forte presença de pescadores e aquicultores artesanais. A proposta dessa cooperativa é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias envolvidas, visando o DST. Os objetivos específicos foram o de estudar as etapas do projeto desenvolvido pelo Lemate em Garopaba, desde o início do processo até a abertura do Posto de Atendimento Cooperativo (PAC); analisar, em termos teóricos, a importância desse projeto para o desenvolvimento do território, por meio de uma pesquisa de referências sobre o tema; analisar como se pode estruturar uma cooperativa com perfil de associados ligados à pesca, via a observação do trabalho realizado por uma cooperativa existente na região. Para alcançar seus propósitos, o trabalho sistematiza pesquisas e observações de campo nos municípios catarinenses de Imaruí e Garopaba tendo como referência outros projetos de pesquisa e de extensão realizados anteriormente pelo Lemate.

Além de visitas à região objeto desta pesquisa foram realizadas viagens à sede da Base Litoral Sistema Cresol Baser, em Botuverá (SC), e à Central do Sistema em Francisco Beltrão, no Paraná. Durante essas visitas pode-se participar

de reuniões, assembléias, visitas aos associados e outras atividades que serviram para compreender melhor o contexto do trabalho de extensão realizado pelo Lemate em Garopaba e a pesquisa sobre a Cresol Imaruí. A participação em Imaruí reforçou a visão sobre o tema discutido, pois essa cooperativa trabalha com o mesmo público preferencial do projeto do Lemate, além de ser a organização que gerencia diretamente o PAC aberto em Garopaba.

Além desta introdução, o trabalho está assim organizado: Capítulo 1: discussão sobre o DTS, levando em conta a questão territorial, o contexto o rural-urbano e o papel do crédito rural; Capítulo 2: o cooperativismo de crédito como ferramenta de desenvolvimento e inclusão social, dando destaque para a apresentação do Sistema Cresol e sua ação como agente de desenvolvimento; Capítulo 3: análise prospectiva do projeto de promoção do cooperativismo de crédito e implementação da organização cooperativa executado pelo Lemate, envolvendo a caracterização da região escolhida. Aborda também as etapas desenvolvidas pelo projeto e uma análise da experiência da Cresol Imaruí junto aos pescadores. Por último, apresentam-se as considerações finais e os anexos.

## **1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

O termo desenvolvimento territorial sustentável é relativamente recente na literatura, existindo com certa expressão a não mais que vinte anos. Por ser ainda recente é difícil encontrar definições e conceitos que sejam plenamente aceitos, abrangendo todas suas dimensões de forma articulada e coerente. Para entender melhor o termo de desenvolvimento territorial sustentável este trabalho procura, no primeiro momento, elucidar o termo desenvolvimento no âmbito do crescimento econômico. Em seguida o termo territorial é abordado sobre o ponto de vista rural e a questão da sustentabilidade analisada dentro desse contexto. Por fim, almeja-se compreender como essas questões podem traduzir-se em políticas públicas que beneficiem a população das regiões envolvidas.

### **1.1 CONCEITUAÇÕES E BREVE REVISÃO**

#### **1.1.1 A ideia do desenvolvimento e suas múltiplas dimensões**

Geralmente aborda-se o termo desenvolvimento vinculando-o às questões sociais, econômicas e ambientais, subentendo-se, também, o debate em torno das questões culturais e políticas.

O conceito de desenvolvimento passou por várias alterações no século XX, desde sua vinculação à concepção de progresso, passando por sua evolução para a ideia do crescimento econômico, de transformação social e mais recentemente da sustentabilidade. Embora pensar em desenvolvimento nos remeta cada vez mais às noções ligadas à transformação social, econômica e conservação ambiental, a ideia do crescimento econômico ainda está muito presente. Ou seja, em termos práticos, o desenvolvimento está ainda fortemente associado ao ideal do crescimento econômico.

Veiga (2005) afirma que para não se tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é preciso abordá-lo cada vez mais de forma multidimensional, envolvendo também as questões, culturais, tecnológicas e político institucionais. Magri (2009) relembra que embora o crescimento econômico contemporâneo esteja fortemente atrelado ao capitalismo, não se pode esquecer que numa proposta mais ampla, voltada ao desenvolvimento existem atores locais

envolvidos. Por isso, no desenvolvimento ganham novas dimensões processos ligados à educação, justiça social, participação e fortalecimento das instituições democráticas. Uma conclusão já antecipada é que não há lógica de desenvolvimento econômico sem a inserção de pessoas, e para haver movimentos nesse sentido tem que existir atores locais plenamente envolvidos.

Favaretto (2007) acrescenta que não há desenvolvimento sem que se alterem tanto o capital social quanto o humano. Para Abramovay (2006), o capital social é um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas<sup>1</sup>. Para se estabelecer o mínimo de igualdade todos deveriam ter oportunidade de alcançar por si próprio essa igualdade. Perante os outros, essa igualdade processa-se nos diferentes domínios da vida social. Ou seja, deve-se caminhar na geração de patamares mínimos de renda como garantia para se alcançar uma igualdade de oportunidades sociais (FAVARETO, 2007).

A ideia do desenvolvimento pode também estar relacionada com os direitos humanos. Nesse sentido, o

direito ao desenvolvimento está na virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural, político e ambiental, para dele contribuir e dele desfrutar[...]. [...] O direito ao desenvolvimento está fundado na solidariedade, na superação da miséria, na melhoria das condições socioeconômicas, na força criadora do poder comunitário e no favorecimento da realização integral da pessoa humana com dignidade (MAGRI, 2009, p. 59).

Essas transformações também modificaram os antigos conceitos a respeito do rural. Favareto (2007) diz que nos últimos anos se instituiu uma nova visão a respeito do desenvolvimento rural no Brasil. Essa visão teve força suficiente para reorientar o discurso e o desenho das políticas e programas formulados com esse fim, mas esse processo não foi seguido pela criação de instituições que fossem capazes de sustentar o novo caminho.

Essa situação ilustra o que será discutido mais adiante, em que o cooperativismo de crédito é visto como uma tentativa de mobilizar e capacitar os atores envolvidos no processo de desenvolvimento de territórios com características rurais, além de atuar como agente repassador de políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Capital social pode ser definido também como “interação recíproca da comunidade e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico e na democracia. Suas principais dimensões envolvem o plano individual, social e institucional” (NAZZARI, 2003, p.3).

Projetos inovadores de desenvolvimento rural dependem do fortalecimento dos laços sociais formados entre os atores locais e de melhorias em seus sistemas produtivos. São projetos pelos quais o meio rural é concebido de maneira ampla, numa visão que vai além da agricultura. Para tanto é necessário analisar e compreender a dinâmica socioeconômica atual e observar como interagem os atores sociais, pois essas formas de relacionamento têm uma importância crucial na explicação do processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2006).

De outro lado, políticas tradicionais de fomento agrícola, que levaram ao uso indevido dos recursos naturais na ótica do crescimento econômico, são cada vez mais criticadas<sup>2</sup>. Isso faz com que se pense que o futuro do rural e da sociedade em geral está colado à ideia da preservação do meio ambiente, e a consequente necessidade de apoiar iniciativas ligadas à educação ambiental. A busca pelo “porto seguro não estaria mais nas velhas instituições como a ciência, mais sim num movimento de autoanálise da sociedade”, pensando em uma aplicação da associação entre o meio ambiente, numa perspectiva de longa duração (FAVARETO, 2007, p. 68). Assim, o desenvolvimento social e econômico está interligado com as formas sustentáveis de uso de recursos ambientais, tais como a terra, espécies e os habitat naturais. Ou seja, o desenvolvimento cada vez mais se vincula a ideia da sustentabilidade.

Um exemplo importante dessas mudanças atreladas ao contexto deste trabalho, pois liga o desenvolvimento sustentável à questão financeira, está sendo implantada pelo Banco Central do Brasil (BC). Esse órgão está discutindo, via audiência pública, duas novas normas visando incrementar a formulação de critérios de sustentabilidade no segmento financeiro: uma norma obrigará as instituições a mensurar o impacto ambiental de seus produtos e serviços financeiros e a outra determinará que as instituições financeiras publiquem anualmente um relatório das práticas adotadas, em conformidade com práticas internacionais. Para o Banco Central isto representa um incentivo ao aumento da eficiência e de produtividade para o sistema financeiro brasileiro (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012).

---

<sup>2</sup> As políticas públicas que visavam ao crescimento do meio rural voltavam-se à modernização do latifúndio e centravam-se nas metas de elevação dos índices de produtividade nas propriedades por meio de pacotes da Revolução Verde. A intensão era um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970, com uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo.

### 1.1.2 A territorialização do desenvolvimento

Para contemplar suas várias dimensões, o desenvolvimento precisa lançar suas bases concretas sobre as demandas do território. Por depender de mobilização democrática, a ideia do desenvolvimento não atinge simultaneamente todas as dimensões de que é composta. O uso do território para finalidades produtivas por parte de empreendimentos econômicos tem efeitos e impactos diferentes e decisivos sobre a organização social e os ecossistemas (ABRAMOVAY, 2010).

De outro lado, os recentes indicadores que apontam algum sucesso das políticas públicas federais de redução da pobreza e da desigualdade de renda, nem de longe indicam que o Brasil tem conseguido obter o mesmo sucesso em outros problemas sociais como a educação, saneamento e o acesso à saúde. Por isso, em primeiro lugar, as políticas de crescimento precisam dividir melhor seu espaço na agenda governamental com as políticas de redução de desigualdades sociais e espaciais:

[...] dificilmente a territorialização do desenvolvimento será um instrumento suficiente para o combate à pobreza rural no país se não estiver acompanhado pela preocupação, por parte dos atores sociais presentes no território e a ele relacionados, de construir uma hegemonia política que compartilhe o objetivo de colocar a eliminação da pobreza rural no centro de qualquer projeto de desenvolvimento territorial rural ou de dinamização econômica, social, política e cultural dos territórios (DELGADO, 2008, p.89).

Para se compreender a proposta de desenvolvimento territorial tem-se que entender primeiramente como o território é concebido pelos atores sociais e políticos empenhados nos processos de desenvolvimento. Para isso torna-se necessário diferenciar território dado de território construído: “o espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua construção a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009. p. 37). O território dado é a delimitação político-administrativa que pode abrigar vários territórios construídos, já o território construído é um espaço-território que se forma a partir do encontro de atores sociais, em espaço geográfico dado, que buscam identificar e resolver problemas comuns (CAZELLA, 2006). O território construído é um espaço de relações sociais, no qual existe um sentido de pertencimento dos atores com respeito da identidade. E essa identidade é construída e associada ao espaço de ação coletiva, local em que se criam laços de solidariedade entre os atores.



A delimitação dos territórios não provém da iniciativa local e sim, do Governo, o que traz um sério problema de governança: o conjunto de municípios não se juntou em função de um projeto local, de uma ambição ou de uma vocação em torno de certa marca de qualidade ou de traços culturalmente distintivos do território. É um conjunto que resulta de uma decisão vinda do Governo Federal e que, portanto, não traz a marca que poderia permitir o aproveitamento de atributos locais de qualidade na valorização dos próprios territórios (ABRAMOVAY, 2010, p. 270).

Para Abramovay (2006) é fundamental compreender teoricamente a natureza dos laços entre os atores locais inseridos em um dado território, ou seja, a natureza do processo de cooperação em torno do qual se constroem os territórios. Este processo será importante na compreensão das instituições públicas e dos próprios mercados que marcam a vida de uma região.

Na esfera governamental, a definição de território contempla a identidade e os elementos correlacionados, embora não faça as distinções entre o “dado e construído”, Para a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA):

Território é um espaço geográfico - geralmente contínuo - compreendido entre a cidade e o campo. É caracterizado por critérios multidimensionais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. A população dos territórios é formada por grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, nos quais é possível distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, econômica ou cultural (MDA/ SDT, 2012).

A SDT reafirma a ideia mencionada por Abramovay (2010), de que nos territórios há atores locais vinculados aos movimentos sociais que influenciam a proposta de desenvolvimento territorial. Esses atores podem juntar forças para democratizar as oportunidades de geração de renda e aproveitar sua capacidade de construir organizações econômicas. Neste contexto, o território corresponde a uma concentração de atores sociais e econômicos capazes de coordenar suas atividades produtivas.

Mesmo quando se pensa no território sob o ponto de vista econômico é preciso recorrer ao enfoque sistêmico para analisar suas potencialidades. O desenvolvimento econômico constitui um sistema de ação e de mobilização de recursos que nos permite caracterizar vários tipos de desenvolvimento em termos territoriais (LÉVESQUE, 2009). Nos processos de apoio ao DTS, o território não é visto apenas como “geograficamente um espaço delimitado”. Como dito anteriormente, o território é fruto de uma construção social que se processa dentro

deste ambiente (ação de empresas, associações, grupos, etc.). A partir dessa articulação dos atores envolvidos que se desenvolvem as ações econômicas ligadas à produção, distribuição e consumo. Para favorecer essa visão, o Estado deve atuar, por sua vez, na problemática da territorialização das políticas públicas e na concepção de projetos econômicos territorializados (BONNAL e KATO, 2011).

Favareto (2007) aborda a questão territorial em suas diferentes dimensões: “política (em se tratando de espaço-poder), cultural (território vivido, como apropriação) econômica (dimensão espacial das trocas), e natural (comportamento natural do homem e ambiente físico)” (FAVARETO, 2007, p. 43). A respeito das lutas sociais o autor afirma que sempre será dada a busca da melhor posição de cada indivíduo no interior do território, e deste território em relação aos demais.

Para a HAQ (2012), a abordagem territorial do desenvolvimento sustentável centra-se, principalmente, no paradigma do desenvolvimento humano, cujos princípios são: equidade, entendida como igualdade de oportunidades para todos os seres humanos; sustentabilidade, que traz implícita a ideia de um desenvolvimento que tem preocupação com as condições sociais das pessoas e dos grupos aos quais pertencem, bem como de uma preocupação com o meio ambiente; e empoderamento, no sentido de elevar a autoestima e a confiança das pessoas para a organização voltada para a conquista de direitos (HAQ, 2012).

O desenvolvimento territorial sustentável deve ser entendido como um conjunto de iniciativas que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público da região, de modo a potencializar o capital social e natural para a promoção social, econômica e da vida humana em todas as suas dimensões. Essa posição é coerente com a ideia do desenvolvimento sustentável consagrada pela Conferência do Rio de Janeiro (ECO92). Por essa visão para ser sustentável as iniciativas de desenvolvimento precisam ser capazes de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (LEVESQUE, 2009).

Existe então uma dupla responsabilidade: as pessoas se encarregarem do processo de desenvolvimento, e o Estado ser o agente que viabiliza os meios para que as pessoas efetivem tal processo. Para Magri (2009), a responsabilidade do Estado está no sentido de criar condições nacionais e internacionais que favoreçam

a realização do direito ao desenvolvimento, tomando medidas econômicas e sociais capazes de oferecer igualdade de oportunidades para todos.

Neste trabalho o DTS é abordado dentro do contexto do desenvolvimento dos espaços com características rurais onde estão teoricamente incluídas as regiões pesqueiras. Para tanto, fala-se aqui de território rural. O território rural será tratado como uma categoria que permite identificar as mudanças que ocorrem no meio rural tomando-se como pressuposto a relação campo-cidade. A ideia do território rural surge ao mesmo tempo em que discute o nascimento de um novo rural (VEIGA, 2004). Mas renasce também enquanto espaço de criação de estratégias de reprodução social de sua população típica, especialmente da agricultura familiar local.

Por sua vez, o desenvolvimento territorial em regiões pesqueiras será compreendido com ajuda das cinco formas essenciais de desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos discutidas em SACHS (1993). A sustentabilidade social busca gerar oportunidades igualitárias e justas e, apesar das dificuldades que essa tarefa implica, trata-se de uma necessidade eminente dos atores locais que este trabalho deseja abordar (pescadores artesanais do litoral). A sustentabilidade econômica, que busca garantir que os sistemas produtivos ligados à pesca sejam contínuos e para que os investimentos a eles relacionados tenham gestão adequada, favorecendo as populações locais. A sustentabilidade cultural prima pela manutenção da história da atividade pesqueira e seus conhecimentos tradicionais, que advém da relação do homem com o mar e a natureza. A sustentabilidade ecológica, que extrapola a questão da produção, pois se preocupa em encontrar mecanismos permanentes de se evitar danos ao ambiente causados pelos processos produtivos e de desenvolvimento. Adaptados a mudanças da atividade econômica principal, estes conceitos podem resultar na sustentabilidade espacial, que busca o equilíbrio da relação entre o urbano e o rural. Eles se adaptam perfeitamente as variáveis associados à pesca artesanal, considerando a consequente emigração de pescadores para outras regiões ou o abandono das atividades.

Na ótica do DTS, o meio rural não pode ser confundido com a base geográfica de determinado setor econômico, nem como o resíduo daquilo que não pertence às cidades (ABRAMOVAY, 2010). Búrigo (2007) fala também do equivoco

em se vincular o meio rural exclusivamente à atividade primária (agricultura, pesca e pecuária), essa visão precisa ser modificada para aumentar as opções aos habitantes do meio rural, através de iniciações de políticas públicas.

Segundo Veiga (2002), o rural é necessariamente territorial, e não setorial, como pressupõe alguns programas governamentais. Como confirma Freitas; Freitas; Dias (2010) a abordagem territorial para o desenvolvimento dos espaços rurais precisa romper com o caráter setorial das políticas públicas e das intervenções do Estado. É justamente por essa inserção de políticas públicas que se pode reforçar a conotação de território.

A adequação territorial é extremamente importante quando se tem em vista a necessidade de articular ações com as instâncias subnacionais de governo e de promover a maior participação dos segmentos organizados da sociedade civil nos programas de desenvolvimento. O seja, para se ter essa adequação territorial tem-se a necessidade de articular ações de governo e promover a maior participação dos segmentos organizados da sociedade civil nos programas de desenvolvimento (VEIGA, 2002).

O mesmo autor fala também sobre a utilização de uma divisão territorial mais detalhada, que contemple áreas menores, as quais apresentem problemáticas semelhantes. Muitas vezes, o rural é conceituado como apenas ou tudo que não é considerado urbano, um absurdo de qualquer ponto de vista, uma vez que a infinitos aspectos que devem ser levados em consideração, tendo em conta os diferentes atributos e os modos de viver no urbano e no rural. Segundo Veiga (2001, p.10) “deve-se distinguir áreas urbanizadas e não-urbanizadas segundo o grau de intensidade da ocupação humana”. Além delas, consideram-se áreas urbanas isoladas aquelas que, definidas por lei municipal, estejam separadas de sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal, isto independentemente de qualquer outro critério geográfico, de caráter estrutural ou funcional. Sem esse conceito definido ou definido erroneamente tem-se então a contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que no Brasil:

apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas). Entre os municípios, 67 tinham 100% de sua população vivendo em situação urbana e 775 com mais de 90% nessa situação. Por outro lado, apenas nove tinham mais de 90% de sua população vivendo em situação rural. Comparativamente ao ano de 2000 onde a população brasileira 81,25%

(137.953.959 pessoas) viviam em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural. Entre os municípios, 56 tinham 100% de sua população vivendo em situação urbana e 523 com mais de 90% nessa situação. Por outro lado, 38 tinham mais de 90% vivendo em situação rural e o único município do país a ter 100% de sua população em situação rural era Nova Ramada/RS. Tem-se ainda para SC segundo sinopse IBGE uma população residente urbana de 5.247.913 pessoas, sendo 1.000.523 de população residente rural (IBGE, 2010).

A relação entre rural/urbano apontada pelo Censo Demográfico demonstra uma taxa de urbanização que teria passado de 67,6% em 1980, para 75,6% em 1991, e 81,23% em 2000, e 84,35% em 2010. Para Veiga é inadmissível que essa taxa oficial continue a ser empregada como indicador da distribuição populacional, pois acaba gerando distorções e prejudicando a destinação de políticas públicas para o meio rural.

Segundo Abramovay (2010), ao se adotar uma definição apoiada em critérios territoriais, e não setoriais ou administrativos, chega-se a importante conclusão de que hoje cerca de 1/3 da população brasileira vive em regiões rurais. Desse modo, atualmente todas as ações que estejam apoiadas nos critérios do IBGE atingirão somente uma parte dessa população. Além de subestimar os contingentes de populações rurais, o critério do IBGE exclui do espectro da ruralidade as sedes e vilas dos pequenos municípios, ou seja, um grande número de regiões tipicamente rurais, mas que pelos critérios oficiais são consideradas administrativamente como regiões urbanas (ABRAMOVAY, 2010).

No que tange ao acesso ao setor financeiro, as estratégias de apoio ao DTS também pressupõe a participação organizada de atores sociais, já que essa ação envolve decisões coletivas relativas ao destino e as formas de captação de recursos públicos e privados externos, e dos recursos oriundos da própria região. Essa questão ainda representa um desafio para os agentes envolvidos com as políticas relacionadas ao DTS. Segundo Bonnal e Kato (2011), nas abordagens de desenvolvimento territorial em zonas rurais tende-se a se privilegiar os fatores econômicos, em detrimento de uma consideração consistente da dimensão socioambiental. Essas articulações entre políticas territoriais, finanças e sustentabilidade implicam na construção de normas operacionais, que permitam arbitrar minimamente as contradições que afloram quando se coloca por objetivo a aplicação de recursos sob à luz de três dimensões do processo de desenvolvimento (econômico, social e ambiental). Essa situação deixa claro que o território é também

um lugar delimitado para o exercício do poder e da criatividade institucional, pois traz consigo a possibilidade da construção de sistemas financeiros inovadores e capazes de fortalecer iniciativas ligadas ao DTS. São por esse prisma que se aborda, a seguir, as políticas públicas de crédito rural.

## 1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CRÉDITO RURAL

Segundo Ferreira (2010), política significa a ciência dos fenômenos do Estado; sistemas de regras que dizem respeito à direção dos negócios públicos; conjunto de objetivos que direcionam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução e/ou habilidade nos tratos de relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados. Logo, política pública é aqui definida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado em prol de resoluções de problemas da sociedade.

A partir da década de 1980, concomitantemente ao processo de democratização do Brasil, uma corrente de estudos da ciência política passou a dar ênfase ao papel das ideias, das crenças, das representações sociais e da aprendizagem nas políticas públicas. Essa corrente de análise concebe as políticas públicas como o resultado de interações sociais que dão lugar a produção de ideias, representações e valores comuns (BONNAL; CAZELLA e DELGADO, 2011). As políticas públicas estão ligadas diretamente ao desenvolvimento, uma vez que o Estado possui o dever de controlar as intervenções públicas referentes à economia, à sociedade e ao meio ambiente na escala nacional.

Ao realizar uma pesquisa relacionando vários autores que abordam a questão das políticas públicas, Bonnal (2011) constata que similar à ciência, as políticas públicas apresentariam uma fase pré-política pública, uma fase de política pública normal e outra de crise de paradigma. Ainda dentro deste contexto existiria respectivamente a emergência dos problemas públicos, o momento estável em que há acordos no que concerne às soluções ao problema e à crise de paradigma pela qual fica patente que uma nova política pública precisa ser elaborada.

Conclui-se, então, que a política pública é a forma que o Estado pode criar e intervir prestando auxílio e cooperação junto aos atores locais, atuando em prol dos seus possíveis problemas. A forma com que realiza estas “ações” pode influenciar

positiva ou negativamente – incluindo a inação - na vida das pessoas, e no desenvolvimento da região<sup>3</sup>.

Para serem operacionalizadas as políticas públicas são formuladas, desmembradas em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas, e quando postas em ação são implantadas, ficando então submetidas ao acompanhamento e avaliação. Os atores locais influenciam diretamente o formato, as formas de operacionalização e os resultados das políticas públicas. Neste processo têm um papel importante as ideias e os interesses compartilhados pelos grupos sociais envolvidos, bem como as formas de relação e de transferência de informações e responsabilidades entre os diferentes atores relacionados com a política, que pode acarretar em impactos diferenciados em determinados níveis locais (BONNAL; CAZELLA e DELGADO, 2011).

Em relação às políticas públicas e o desenvolvimento, o conceito de território se encontra na intersecção das políticas públicas das problemáticas e estratégias, de maneira específica ou combinada, uma vez que se tenta combinar uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas, objetivando o reequilíbrio social e territorial (DELGADO, 2008).

De fato, a maioria das políticas públicas territoriais objetiva reduzir a pobreza e a diferenciação social e territorial, mediante o incentivo à ação coletiva voltada para a realização de projetos de acumulação de renda compatíveis com os ativos culturais locais e respeitosos do meio ambiente (DELGADO, 2008). Para o autor,

Nos territórios onde a pobreza rural é relevante e onde predominam a fragmentação e a desarticulação econômica e social – de modo que a identidade social fundamental é a da pobreza - a ação governamental deve assumir um papel muito mais ativo, no sentido de liderar a construção de uma estratégia de desenvolvimento para o território. Em casos como esse, a busca de alternativas econômicas que garantam a geração de emprego e renda não é trivial, mas é uma prioridade indiscutível, sem a qual as dinâmicas econômicas e sociais necessárias para viabilizar o desenvolvimento endógeno do território serão dificilmente desencadeadas (DELGADO, 2008, p. 18).

Entre as principais ações do Estado relacionadas ao desenvolvimento estão as políticas públicas de crédito rural. O crédito tem um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do agricultor e da economia local (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012). Desde 1965, com a criação do Sistema

---

<sup>3</sup> Neste caso região está colocada no sentido de lugar onde as pessoas estão inseridas.

Nacional de Crédito Rural (SNCR), grande parte das políticas públicas brasileiras voltadas ao desenvolvimento da agropecuária é implementada no país com emprego simultâneo de recursos públicos e privados. De acordo com Búrigo (2010), uma breve análise do SNCR indica que esse Sistema já viveu três fases distintas. A primeira, denominada de modernização conservadora, durou de 1967 a 1979. Teve como objetivo fortalecer os processos trazidos pela Revolução Verde baseados na introdução dos pacotes tecnológicos. A segunda, denominada de década perdida em função da crise econômica do país, transcorreu entre 1980 e 1994. Essa fase caracterizou-se pela diminuição dos recursos e a criação de outros instrumentos de política agrícola, como as políticas de preços mínimos em vigor até os dias atuais. A última teve início com a estabilização da economia criada em 1994 com advento do Plano Real. Essa fase está ainda em vigor, caracterizando-se pela retomada dos investimentos e abertura de linhas destinadas à agricultura familiar e o desenvolvimento rural, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Pelas regras do SNCR, o crédito rural refere-se geralmente ao suprimento de recursos financeiros à produtores rurais ou à suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos intrínsecos à suas atividades. Para o Governo Federal o crédito rural possui três finalidades básicas:

abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito. Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços. O produtor pode pleitear as três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica. As cooperativas rurais são também beneficiárias naturais do sistema (MAPA, 2012).

A liberação do crédito rural pode ser realizada através dos agentes financeiros credenciados, como o Banco do Brasil, Bancos cooperativos e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O SNCR prevê que a liberação dos recursos depende da presença de organizações que se responsabilizem para concessão de um crédito de forma orientada. A proposta é



reforçar a ideia de que somente o dinheiro não é suficiente para melhorar a condição do produtor e gerar desenvolvimento agrícola.

Para Bonnal; Cazella e Delgado (2011) até a década de 1990 não havia políticas diferenciadas e com abrangência nacional que levassem em conta uma perspectiva ampliada do meio rural e dos segmentos sociais que o integram. Tradicionalmente, as políticas para o meio rural eram coincidentes com objetivos setoriais, pautando-se em instrumentos de crédito agrícola indiferenciado. Desde então em muitos territórios rurais brasileiros, a ação conjunta dos serviços públicos de extensão rural e de agentes financeiros via crédito rural, desempenharam o papel de difusão de novas tecnologias e de informações (BONNAL; CAZELLA e DELGADO 2011).

Portanto, pode-se dizer que as ações para o fortalecimento da agricultura familiar começaram a contar com um novo olhar a partir do Pronaf. Este Programa foi um marco na luta dos agricultores familiares (do homem do campo), representando um novo momento para o desenvolvimento de programas para a agricultura familiar. O Pronaf tem como um de seus principais objetivos a redução da pobreza que atinge os agricultores familiares no Brasil. O programa busca “assegurar o acesso ao crédito barato a pequenos produtores, além de integrá-los a outras políticas de desenvolvimento rural, como suporte ao desenvolvimento de infraestrutura e assistência técnica” (MAGALHÃES et al., 2006, p. 2).

Criado entre 1995 e 1996 e a partir, principalmente, das fortes pressões desencadeadas pelos movimentos populares do campo, que reivindicavam o estabelecimento de uma política agrícola adequada à realidade da agricultura familiar, o Pronaf acabou tornando-se um dos mais importantes programas sociais do país (BÚRIGO, 2010, p. 332)

Embora o SNCR, e em particular o Pronaf, pretenda dinamizar a produção agropecuária e suprir de recursos a população rural menos capitalizada nem sempre estes objetivos são claramente atingidos, uma vez que a seletividade e demais exigências bancárias acabam criando uma camada de excluídos, reduzindo o seu impacto em termos de desenvolvimento

Mas é justamente para a população rural mais pobre que o crédito público é essencial para se planejar políticas de desenvolvimento rural. Além das dificuldades oriundas dos agentes financeiros existem restrições que limitam a participação do público menos integrado na vida social. Para Cazella (2006), no meio rural uma boa

parte dos atores mais necessitados de recursos financeiros (empobrecidos) não integra o público prioritário das principais agências do Estado, ONG, organizações profissionais agrícolas e movimentos sociais e sindicais, que atuam na concepção e captação de recursos para projetos de desenvolvimento.

Além de fomentar e democratizar as bases produtivas, o crédito rural precisa gerar desenvolvimento nos territórios. Por isso, compreender o funcionamento do sistema de crédito rural possibilita avaliar mais de perto as potencialidades e limites das políticas e ações de desenvolvimento rural. O crédito continua sendo um instrumento vital ao desenvolvimento, principalmente quando é utilizado em ações e gerido por organizações financeiras compromissadas com o futuro dos agricultores e das zonas rurais (BÚRIGO, 2010).

O Pronaf pressupõe que a dimensão “territorial” da política tem a intenção de dotar as regiões onde vivem os agricultores familiares de obras de infraestrutura e serviços capazes de valorizar suas atividades econômicas (ABRAMOVAY, 2010). Esse fato é revelador de um período histórico, uma vez que no passado recente as organizações dos agricultores familiares tinham entre suas principais bandeiras de luta a oferta de crédito rural mediante custos acessíveis. Ou seja, sua preocupação central não era dotar o território rural de condições de se desenvolver, mas aumentar a disponibilidade de recursos subsidiados para um segmento tradicionalmente marginalizado pela política agrícola brasileira (EPAGRI, 2010).

Dentro do contexto deste trabalho, que envolvem desenvolvimento, políticas públicas e crédito rural, as operações realizadas pelas cooperativas de crédito representam uma novidade, pois elas podem estabelecer mais facilmente modos de governança inovadores, que democratizem o acesso ao crédito rural e fortaleçam as dinâmicas de desenvolvimento territorial (BÚRIGO, 2010).

Apesar de alguns avanços das políticas de desenvolvimento dos territórios rurais e fortalecimento da agricultura familiar, não existe ainda uma estrutura de incentivos que expanda as políticas para todos os habitantes e amplie a atuação das organizações na direção de novas oportunidades econômicas nos locais em que atuam. Logo, essas políticas dependem de sistemas locais que façam melhor o papel de repassador. Sistemas que possam não somente repassá-los, mas provê-los de forma sustentável. Esse é o tema do próximo capítulo.

## 2 COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Este capítulo visa relacionar os processos de Desenvolvimento Territorial Sustentável e o cooperativismo de crédito. Neste contexto o crédito é utilizado como ferramenta de transformação social e a cooperativa como um agente de desenvolvimento. Primeiramente, abordam-se as cooperativas de uma maneira geral, e em seguida o cooperativismo no ramo de crédito e posteriormente o cooperativismo solidário focado no crédito rural.

### 2.1 COOPERATIVISMO

O cooperativismo é uma doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, É o auxílio mútuo na soma de esforços a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileira<sup>4</sup> (OCB, 2012), o cooperativismo visa às necessidades de um grupo e não do lucro, busca a prosperidade conjunta não individual, procura adquirir e expandir seu conhecimento e não retê-lo por si só. Essas diferenças trazem uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça social entre os integrantes. As cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com o seu semelhante (OCB, 2012).

No Brasil, as cooperativas estão divididas em treze ramos (Agropecuário, Consumo, Crédito, Educação, Infraestrutura, Habitacional, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte de cargas e passageiros, Turismo e Lazer). As cooperativas são constituídas com base nos valores de determinado grupo social, e atuam por isto em diferentes espaços socioeconômicos, as mesmas tendem a refletir a imagem do grupo social (BRANDÃO, 2010). Estas cooperativas atuam de forma positiva nas comunidades próximas gerando trabalho, renda e promoção social. Segundo Cazella e Búrigo (2009), o cooperativismo traz avanços que refletem num grande número de beneficiários diretos, ou seja, atores locais, em volume de

---

<sup>4</sup> Entidade privada que representa formal e politicamente o sistema nacional, integra todos os ramos de atividade do setor e mantém serviços de assistência orientação geral e outros de interesse do Sistema Cooperativo.

recursos financeiros mobilizados (desenvolvimento econômico), interface com políticas públicas (desenvolvimento sociopolítico), consistência institucional, área de abrangência (desenvolvimento territorial), ou seja, o cooperativismo pode ajudar a gerar um desenvolvimento territorial sustentável.

## 2.2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Mesmo operando recursos financeiros (dinheiro), o cooperativismo de crédito é uma sociedade de pessoas e não de capital. Sua ação envolve atores de uma região no processo de dinamização de recursos financeiros.

Segundo o Banco Central, o cooperativismo de crédito já desempenha um papel essencial para o país, promovendo a inclusão financeira em localidades e segmentos sociais de todas as partes do Brasil, ampliando o aporte de produtos financeiros e elevando o nível de concorrência no mercado (OCB/BC, 2012).

O Brasil figura atualmente como o 13º colocado no *ranking* mundial de volume de ativos administrados pelas cooperativas de crédito (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012). A **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a seguir, apresenta a evolução do segmento das cooperativas no Brasil entre 2005 e 2011.

**Tabela 1 - Evolução do segmento das cooperativas no Brasil (2005 e 2011)**

Item/ ano	2005	2011
Cooperativas singulares	1.378	1.318
Pontos de atendimento (sedes + pac)	3.626	4.577
Quantitativo de associados	1,5 milhão	5,1 milhões
Particip. em op. de crédito do SFN	2,04%	2,3%

Fonte: Banco Central (2011)

Em 2011, as cooperativas tiveram o melhor desempenho dos últimos seis anos, permitindo a inclusão financeira das classes C, D e E, promovendo a chamada economia social<sup>5</sup>. Por esse prisma, as cooperativas mantêm sua característica de não visar o lucro e atender o quadro social com taxas de juros mais justas.

Embora as cooperativas de crédito estejam ganhando espaço no Sistema Financeiro Nacional (SFN), a média de participação ainda é muito baixa. Enquanto

<sup>5</sup> Na esfera da economia social, estão o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo, como formas de organização.

isso, na Alemanha as cooperativas detêm até 30% do sistema e na França 43% do crédito está nas cooperativas (BC, 2012).

O cooperativismo de crédito apresenta muitas vantagens em relação ao sistema bancário. Atualmente, quando uma pessoa deposita dinheiro na poupança, recebe remunerações baixas e quando toma um empréstimo paga altas taxas de juros. É por meio desse mecanismo e da cobrança de outros serviços financeiros que os bancos ampliam seus ganhos. Um dos bancos de maior acesso no país, o Banco Itaú, obteve, de janeiro a setembro de 2011, um dos maiores lucros da história dos bancos brasileiros de capital aberto: 10,9 bilhões de reais (CARVALHO, 2012). Parte desse valor poderia ter ficado nas mãos dos correntistas, se suas taxas e tarifas não fossem tão altas.

A cooperativa de crédito procura pagar um valor coerente ao depositante e aplicar taxas e juros mais justos aos cooperados que solicitam empréstimos. Como o cooperativismo não visa o lucro, não há, ou pelo menos não deveriam existir grandes sobras ao fim de cada ano<sup>6</sup>. Além das sobras existem outras importantes diferenças entre os bancos e as cooperativas, conforme Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 - Diferenças entre os bancos e cooperativas de crédito**

Atividade	Cooperativa de crédito	Banco
Captação e rendas	Aplicam no local	Transferem às grandes cidades
Direção	Pelos associados	Pelos donos ou pelo governo
Programas oficiais de crédito	Participam	Participam
Crédito para cooperados/clientes	Analisam a necessidade e capacidade	Priorizam os grandes projetos
Taxas de juros	Abaixo de mercado	De mercado
Lucros (sobras)	Distribuídos e/ou reinvestidos (sócios decidem)	Remuneram proprietários e/ou acionistas
Custo operacional	Menos (não visam lucros)	Maior
Serviços financeiros	Cobram uma pequena taxa	Cobram taxas elevadas
Atendimento	Pessoal para todos os associados	Impessoal ou pela reciprocidade

Fonte: Búrigo; Cazella; Capellesso (2010).

<sup>6</sup> Geralmente, quanto maior foram as sobras existentes no final do exercício, maiores foram os custos pagos pelos cooperados à cooperativa. Quando existem sobras, essas são compartilhadas entre os associados ou destinadas para outra finalidade por meio de votação em Assembleia. Em geral destina-se a capitalização da cooperativa, oferecimento de serviços e bens. Esta prestação de serviços comum visa diminuir as desigualdades sociais, facilitam o acesso aos serviços financeiros, além de disseminar o espírito da cooperação e a união das pessoas em prol do bem-estar comum, o que reforça o seu importante papel social de inclusão financeira.

No Brasil, todas as cooperativas de crédito são supervisionadas pelo Banco Central. Na prestação de serviços financeiros aos cooperados ela pode realizar: concessão de crédito; captação de depósitos à vista e a prazo; prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2008). Elas são a única organização legalmente autorizada além dos bancos a captar depósitos na forma de poupança. Isto significa que o recurso pode ser aplicado somente dentro do território dinamizando a economia local. As regras que orientam o funcionamento das cooperativas de crédito favorecem a organização financeira de proximidade (CAZELLA e BÚRIGO, 2009).

As cooperativas de crédito brasileiras podem ser divididas em seis diferentes tipos, quanto a classificação individual, de acordo com as condições estatutárias de admissão de associados, também chamadas de vínculos associativos: 1. Emprego: serviços públicos e empregados de empresas privadas; 2. Profissão ou trabalho: comerciantes, advogados, médicos, entre outros; 3. Atividades rurais: agrícola, (pecuárias e extrativas) ou de pescada<sup>7</sup>; 4. Pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores: pessoas que exerçam negócios de natureza industrial, comercial de serviço rurais; 5. Empresários; 6. Livre admissão de associados.

Estas cooperativas de crédito são estruturadas em três níveis de atuação: cooperativas singulares que prestam serviços diretamente aos seus associados por meio de sua sede e de PAC; cooperativas centrais, que organizam em maior escala os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares filiadas procurando integrar e orientar suas atividades, bem como facilitar o uso recíproco dos serviços; confederações, que orientam e coordenam as atividades das cooperativas centrais.

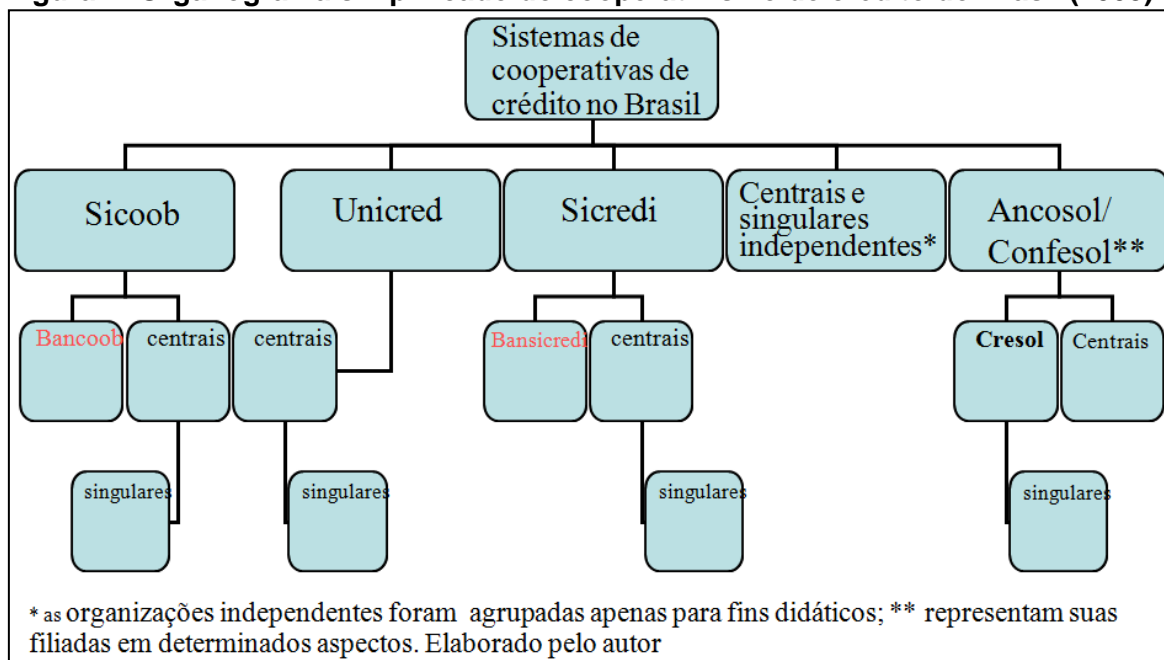
Atualmente, o Brasil conta com quatro confederações: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicred), Cooperativa de Crédito para Profissionais da Área da Saúde (Unicred) e a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

---

<sup>7</sup> Atualmente existem 282 cooperativas de crédito rural no país (BC, 2012).

(Confesol), juntamente a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidaria (Ancosol). A estrutura das cooperativas de crédito do país está resumida no organograma abaixo (Figura 1).

**Figura 1- Organograma simplificado do cooperativismo de crédito do Brasil (2005)**



Fonte: Búrigo (2006)

As cooperativas da Confesol<sup>8</sup> fazem parte do chamado cooperativismo de crédito solidário. Os sistemas que integram essa rede optam pelo perfil horizontal<sup>9</sup>, pois preferem constituir cooperativas de pequeno e médio porte, que se integram sob um formato radial e com apoio de um número menor de PAC.

As cooperativas de crédito rural atendem os moradores e empresas rurais. Para operar recursos do SNCR contam com recursos próprios e o auxílio de instituições governamentais e não governamentais, além do apoio de ministérios. Grande parte dessas cooperativas atua junto ao Pronaf, e tem parcerias com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e outras organizações financeiras públicas e privadas.

Para ter acesso ao crédito rural as cooperativas devem seguir o Manual de Crédito Rural (MCR). Algumas linhas destinadas aos produtores rurais podem ser

<sup>8</sup> A Confesol está constituída enquanto ramo de crédito composta por quatro Centrais (Cresol Baser, Cresol Central, Crehnor, Ascoob) e conveniados os Sistemas Creditag, Ecosol e Cescooper.

<sup>9</sup> O BC passou a adotar o termo “horizontalizado”, para caracterizar um conjunto de sistemas que nasciam a partir de movimentos sociais e que funcionavam baseados numa lógica de atuação em rede, voltando seu atendimento aos segmentos de baixa renda (BÚRIGO, 2006).

adquiridas através de repasses dos bancos oficiais às cooperativas de crédito. São valores disponibilizados com destinações, taxas e prazos específicos visando fomentar programas do governo, como por exemplo: o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Pronaf e outros. O crédito pode ser concedido também por meio de recursos próprios (recursos livres) da cooperativa (CANC, 2011). Esses recursos são aplicados com taxas e prazos decididos pelos cooperados.

Em 2010, as cooperativas de crédito realizaram um total de R\$ 7,67 bilhões de crédito rural, em operações de custeio, investimento e comercialização (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012). Esses números ainda são baixos se comparados com à carteira de R\$ 42 bilhões do Banco do Brasil, que detém 60% do volume de crédito rural no país. É importante notar, contudo, que a participação das cooperativas está em franco crescimento. Nos últimos oito anos (2002-2010), a fatia das cooperativas nos recursos liberados para custeio rural passou de 9% para 13%, somando R\$ 5,85 bilhões em 2010 e a participação no número de contratos saltou de 9% para 19%. Esse crescimento ocorreu, sobretudo, sobre bancos públicos federais, cuja fatia recuou de 59% para 49% no volume e de 71% para 64% no número de contratos. Os bancos privados também aumentaram sua participação no volume do custeio (30% para 37%), mas encolheram nos contratos (18% para 14%) (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012).

É interessante analisar que apesar da pequena porcentagem de repasse efetuado por cooperativas de crédito sua ação é estratégica em termos de desenvolvimento rural. Muitas cooperativas encontram-se inseridas em ambientes rurais, onde a presença do mercado financeiro é menor e pouco acesso as políticas públicas em geral. São comumente praças de pouco interesse para os bancos. Essa debilidade é maior em zonas de baixo dinamismo econômico, onde as movimentações financeiras de pessoas físicas e jurídicas são geralmente de baixo valor.

O Pronaf é uma das principais linhas operadas pelas cooperativas de crédito rural. As cooperativas fortalecem os objetivos de atuação conjunta entre governo e sociedade civil, contribuindo para manter o controle social da política de crédito para



a agricultura familiar, buscando uma maior adequação dos seus instrumentos à realidade local.

A agricultura familiar produz alimentos hoje no Brasil, mas o objetivo é de que, além de produzir, ela comercialize essa produção, ela acesse o mercado institucional, o mercado privado e, com isso, ela gere renda. É por meio da ampliação do crédito que a produção da agricultura familiar é fortalecida no País. O crédito ele vem dar o custo desde a produção: a pessoa está lá, quer produzir, quer melhorar, ele não produz ali, quer começar, adquirir experiência. O crédito também ajuda no processo de beneficiamento da produção e o crédito também regula parte da comercialização, ou seja, ele também tem dinheiro para ajudar até o mercado (MDA, 2012).

A cooperativa pode ser um agente estratégico para ampliar os benefícios do crédito rural na ótica do desenvolvimento. Segundo o MDA (2012), as cooperativas de crédito rural são um importante instrumento para a implantação das políticas públicas nas áreas rurais, sendo fundamental para a organização de estratégias econômicas de apoio a agricultura familiar. Essas organizações, além de apoiar a produção agrícola, pecuária ou pesqueira com mais autonomia ao agricultor, podem ajudar a criar um novo modelo de produção e distribuição de riquezas.

Sabe-se que diversos países contornaram o problema da exclusão bancária e da falta de recursos aos agricultores por meio do apoio as redes de cooperativas de crédito rural que atuam com públicos de menor poder aquisitivo. Essa opção pelo cooperativismo não foi adotada no Brasil, pois até os anos 1990, não haviam organizações financeiras controladas pelos pequenos agricultores (BÚRIGO, 2010). Os programas oficiais contemplavam alguns agricultores familiares, mas atingiam uma parcela reduzida dessa população (SOUZA, 2007).

Desde então, a situação vem se modificando a partir de várias iniciativas, que resultaram no aumento considerável do público e da movimentação financeira efetuada pelas cooperativas de crédito. Esses avanços ocorreram principalmente no sul do país.

Para tornar-se mais abrangente sob o ponto de vista do desenvolvimento rural, o SNCR precisa garantir a entrada e a permanência dos agricultores mais pobres no sistema (BÚRIGO, 2010). Outra questão levantada por Búrigo e que merece atenção é a eficácia dos projetos de crédito rural sobre o ponto de vista territorial e ambiental. No item que se segue discute-se como o cooperativismo de crédito pode atuar nos projetos de desenvolvimento.

### 2.3 CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO

As cooperativas de crédito podem incluir o público de baixa renda e qualificar os programas de crédito rural na ótica do desenvolvimento. Por conta da sua filosofia e estrutura, o governo pode se referenciar mais nas organizações cooperativas para fortalecer e aumentar a qualidade desses recursos. A preocupação em relação ao destino e o uso dos recursos proporcionados pelos programas públicos sugerem a necessidade de uma espécie de intermediário para se chegar ao público e se ter a aplicação correta. Em outras palavras, é preciso garantir que os recursos cheguem realmente nas mãos de quem mais necessita, ou seja, a população mais carente. Mas essa população precisa saber empregá-lo de forma sustentável.

O fomento do cooperativismo dentro de uma região geralmente promove a liberação de mais crédito ao agricultor, acarretando em maior produtividade. Por esse caminho, as cooperativas injetam de forma direta recursos nas localidades onde atuam. Ao movimentar a economia, as cooperativas contribuem para o desenvolvimento do local onde estão instaladas. Nesse modelo, o capital financeiro produzido em uma determinada localidade retorna para os seus cooperados na forma de investimentos em sua própria cooperativa, ou por meio de uma política de distribuição de resultados (BÚRIGO, 2006).

Por isso, além do aspecto social, acredita-se que a cooperativa de crédito é a melhor ferramenta para se promover o desenvolvimento e a sustentabilidade dos agricultores, empresas e demais atores do meio rural. As cooperativas trazem um olhar de proximidade e podem ajudar aumentar a compreensão social sobre a importância de uma instituição financeira local.

Para Abramovay (2010), a maior inovação das cooperativas consistiu justamente na união entre os dois mundos, solidariedade social e o da racionalidade econômica. As cooperativas se voltaram fundamentalmente aos interesses setoriais de seus membros. Sua influência é suficientemente grande para que se apresente junto a outros atores econômicos como protagonistas diretos dos processos locais de desenvolvimento: estão presentes, em várias reuniões de planejamento levadas adiante por organizações de outros setores econômicos que não a agricultura. Frequentam reuniões locais com organizações como as associações comerciais e

industriais. É que na organização da vida econômica de seus associados, são obrigadas a conviver com outros atores sociais locais (ABRAMOVAY, 2010).

Para o autor, no cooperativismo de crédito a participação social e os vínculos com o Governo fazem-se a partir de incentivos que estimulam o fortalecimento de laços fracos<sup>10</sup> e, portanto, abrem caminho para ampliar as próprias bases nos processos localizados de desenvolvimento. Ao mesmo tempo são estimuladas a fortalecer seus laços fortes, pelas lutas de ampliação do acesso ao crédito, apoiando-se em pequenos grupos locais que avalizam solidariamente o crédito e se baseiam em relações de interconhecimento para permitir o funcionamento destes grupos (ABRAMOVAY, 2010).

As políticas de financiamento associadas ao desenvolvimento formam a convicção de que é importante se dispor de sistemas financeiros territoriais inclusivos, que facilitem o acesso ao crédito dos menos favorecidos a seus produtos e serviços (CAZELLA e BÚRIGO, 2010). O cooperativismo de crédito pode ser o elo entre o recurso financeiro local e obtido em fontes externas e os atores do território.

A cooperativa como propulsora de programas de desenvolvimento no meio rural ganhou força com o advento da ideia de capital social<sup>11</sup>. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, as redes sociais de cooperação, entre elas a cooperativa de crédito, são instrumentos eficazes de emprego do capital social gerado em um território a partir das relações humanas e sociais, que o transforma em instrumento de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, implementação e gestão de planos de desenvolvimento sustentável.

Consolidando grupos sociais que reafirmam identidades e interesses comuns, em que se desenvolvem laços de solidariedade, reciprocidade, confiança e

---

<sup>10</sup> Os laços fracos são aqueles mantidos com pessoas conhecida, então, seria aquele que as pontes locais criam mais caminhos e mais curtos, já os laços considerados fortes, são aqueles em que as pessoas se conhecem mais e melhor, existentes entre amigos próximos que se conhecem muito bem agregam, quase sempre, pouco valor quando o indivíduo está buscando recursos (GRANOVETTER, 1973).

<sup>11</sup> A visão mais estreita de capital social o define como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação. Nesse caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (MARTELETO e SILVA (2004, p.44). Leobel (2004, p. 4) define o capital social “por suas funções, não [representa] uma entidade única, mas uma variedade de entidades com duas características em comum: todos são parte de uma estrutura social e facilitam a ação de alguns indivíduos que estão dentro da estrutura. Ou seja, o capital social é o resultado do que é produzido pela interação social entre indivíduos ou grupos, que representam algum tipo de recurso, que facilitam a ação social tanto de indivíduos como de comunidades”.

cooperação. As redes são arranjos integradores onde transitam informações, conhecimentos, ampliando as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, culturais e sociais (SDT, 2005).

Em outras palavras, o capital social ganha destaque quando se começa a dar ênfase às condições institucionais que podem levar a uma sociedade, ou território, a atingir maior grau de desenvolvimento (BÚRIGO, 2007). Essa ideia está coerente com os princípios do cooperativismo, que são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática<sup>12</sup> (OCB, 2012).

Segundo Feltrin (2009), o cooperativismo traduz-se na mais pura organização democrática, voltada para a solução de problemas comuns. Elas são constituídas com base nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas, sendo que os benefícios gerados deverão retornar aos seus cooperados. Elas estão incrustadas na base social e econômica, com interesses pela comunidade, formação, informação e educação. Mas essas ações só podem ser realizadas se houver suporte financeiro adequado. Para Abramovay (2010), além de se colocarem abertamente como instrumentos de democratização do crédito, de ampliação das oportunidades para os mais pobres e de luta contra a pobreza, as cooperativas de crédito possuem finalidades coerentes com o ambiente organizativo, fortemente marcado pelo trabalho nas comunidades. Por isso a cooperativa de crédito tem, além da inclusão financeira, o desafio de promover a educação e a orientação financeira de seus associados.

Nesse sentido, as cooperativas de crédito podem significar novas oportunidades de fortalecer as formas de cooperação e o poder de barganha de grupos sociais tradicionalmente excluídos. Além de elevar a renda e reestruturar a vida financeira das famílias associadas, essas organizações podem auxiliar no desenvolvimento do território em que atuam, uma vez que são capazes de canalizar a poupança local para financiamento de projetos de interesse comunitário (BÚRIGO, 2007).

O crédito dentro de uma cooperativa pressupõe um compromisso de longo prazo da instituição financeira com a comunidade. Por isso, ao se investir em

---

<sup>12</sup> Os sete princípios universais do segmento são: Livre acesso e adesão voluntária; Controle, organização e gestão democrática dos seus membros; Participação econômica dos seus associados; Autonomia e independência; Educação, capacitação e informação; Cooperação entre cooperativas e Compromisso com a comunidade.

projetos coordenados por instâncias financeiras locais, as políticas públicas elevam suas chances de alcançar bons resultados (BÚRIGO, 2007). Este compromisso entre comunidade e a cooperativa, e os investimentos de projetos realizados dentro do território complementam o sentido do desenvolvimento territorial sustentável.

Segundo Magri (2010), no Brasil o cooperativismo de crédito no contexto normativo tem duas dimensões importantes: as condições de associação e a área de abrangência de atuação (geográfica), as duas tratam dos preceitos para o desenvolvimento territorial. As relações entre as organizações financeiras e o seu público devem apresentar um elevado grau de aproximação, que não é somente geográfico, mais administrativo, cultural e político (CAZELLA e BÚRIGO, 2009).

As cooperativas de crédito podem ser os agentes centrais de sistemas de financiamento territorial. A constituição de cooperativas no território se mostra fundamental para o fortalecimento dos programas governamentais e o uso do crédito pode ajudar a diminuir a pobreza do campo.

Isso é geralmente alcançado pela aplicação de políticas públicas, pelo acesso mais facilitado a recursos com menores taxas. Segundo Veiga (2002), os meios para acabar com a pobreza no campo, devem ser políticas públicas que assegurem o acesso de toda a população aos bens e serviços essenciais, empregando a população rural diretamente na produção, transformando assim os pobres em produtores daquilo que o Brasil precisa<sup>13</sup>. Precisa-se o foco de inclusão de trabalho e renda e combate à pobreza, e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e segurança alimentar.

Segundo Veiga (2002, p. 390) a verdadeira causa da pobreza é a falta de acesso aos ativos físicos e humanos que poderiam engendrar aumentos permanentes de renda. “Tão importante quanto o acesso à saúde, e a educação é o acesso ao sistema formal de crédito”. O cooperativismo para o desenvolvimento tem contribuído para a conscientização das pessoas sobre a importância da construção de uma sociedade mais equilibrada, sustentável e inclusiva. A cooperação mútua entre os indivíduos desempenha papel fundamental na consolidação de perspectivas

---

<sup>13</sup> Cerca de 70% dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros vêm da agricultura familiar. Por isso é preciso fortalecer esse segmento para priorizar o combate à pobreza e garantir a segurança alimentar e nutricional no país (MDS, 2008).

para a redução das desigualdades e a promoção do crescimento econômico das localidades onde atuam (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012).

Pensando na relação urbano-rural, tratado no primeiro capítulo, o cooperativismo de crédito rural auxilia com a diminuição da “evasão do campo”, aumentando a capacidade de geração de renda do agricultor. Muitos dos que abandonaram a atividade rural poderão voltar a planejar novos empreendimentos com apoio do crédito.

Visto a importância do cooperativismo no processo de desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU), elegeu o ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, com o “slogan”, “Cooperativas constroem um mundo melhor” (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012), Esta organização vê o cooperativismo como uma nova alternativa para o desenvolvimento sustentável. O objetivo é despertar o interesse e sensibilizar o governo e a sociedade sobre o papel das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico, bem como destacar a importância da criação de políticas que contribuam para o crescimento do setor.

Associar o cooperativismo à sustentabilidade é pensar em prol da melhoria de vida das gerações presentes e da preservação das oportunidades para as gerações futuras. Ao investir no território deve-se pensar também na sustentabilidade dos sistemas produtivos utilizados no campo. O uso do crédito sem a devida conscientização pode originar desequilíbrios ambientais e sociais, significando um retrocesso para o futuro da agricultura familiar, reforçando a ideia de que somente o uso do capital não alcança plenamente o desenvolvimento.

Abramovay (2010) descreve que as cooperativas de crédito souberam organizar o “triângulo da sustentabilidade”: primeiramente chegando a populações até então excluídas do sistema bancário, posteriormente atingindo proporção considerável dos atores das localidades em que atuavam - no caso as cooperativas de crédito rural, os agricultores-, e por último a sustentabilidade financeira, demonstrando consistência econômica das operações financeiras.

O cooperativismo pode ser visto como uma alternativa viável para atingir a sustentabilidade, por meio da apresentação de um tipo de organização social que é capaz de promover um equilíbrio necessário nas práticas de desenvolvimento sustentável. Esse equilíbrio é mais facilmente alcançado entre os agentes de

desenvolvimento e os atores locais, que interagem economicamente e socialmente em um mesmo ambiente (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012).

As cooperativas podem articular e coordenar os atores locais em torno das questões políticas que incidem sobre o território. Por meio da cooperativa pode-se inclusive trazer o associado para o debate político, em que ele passa a tomar parte das grandes decisões sobre o futuro de sua comunidade, trazendo junto seus parceiros e associados. Ao tomar decisões e ter voz ativa junto ao poder, os cooperados podem transformar a política pública no contexto local, com seus exemplos de liderança e trabalhos desenvolvidos nas comunidades. Em muitas ocasiões podem assumir cargos políticos, sendo modelo no município e por vezes na região. Com isto chamam a atenção dos governos para as demandas do mundo rural e do desenvolvimento territorial sustentável.

Enfim, é indispensável manter um equilíbrio entre o social e o econômico. Gerar somente recursos financeiros, crescimento econômico e aumentar a produtividade não bastam. O cooperativismo de crédito visa democratizar e dar qualificação dos recursos liberados, atendimento técnico rural, e capacitação dos agricultores em administrar a destinação do crédito e garantir a sustentabilidade das atividades financiadas.

## 2.4 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO

Os resultados alcançados pelo cooperativismo de crédito no Brasil indicam que essas organizações representam uma melhoria para as unidades produtivas e para a vida do agricultor familiar, gerando assim desenvolvimento socioeconômico no meio rural. O cooperativismo de crédito rural solidário ao cumprir sua missão de fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores familiares promove, por meio do crédito e da apropriação do conhecimento, a sustentabilidade institucional e o desenvolvimento local sustentável (SEBRAE, 2009).

No cooperativismo solidário, a inclusão social é peça-chave. Para isso dever ser empreendidas ações de incentivo e de benefícios aos menos capitalizados. Busca-se mais acesso ao crédito para as famílias de menor renda, colocando a disposição programas, produtos e serviços que possam gerar desenvolvimento e

boa qualidade de vida (FELTRIM, 2009). O cooperativismo solidário visa, portanto, à promoção da democracia econômica, o combate às desigualdades e a pobreza presentes na sociedade e a garantia da reprodução dos projetos de vida e de produção dos indivíduos (PINHEIRO, 2008). A cooperativa solidária busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões como social, cultural e política (BÚRIGO, 2006). Apresenta-se também como uma importante alternativa ao financiamento da agricultura familiar. Grande parte dos sistemas solidários é composta por cooperativas de crédito rural.

A maioria dessas cooperativas surgiu da necessidade dos agricultores familiares em terem acesso ao crédito rural oficial, e das dificuldades de encontrar financiamentos próprios à sua forma de produção. No Brasil, os agricultores familiares sempre tiveram acesso restrito ao crédito rural, esta situação era agravada pela falta de organizações financeiras nos pequenos municípios e pelo pouco interesse dos bancos em se relacionar com populações rurais de baixa renda, que normalmente possuem fluxo de renda irregular ao longo do ano, conforme a safra e as condições climáticas (FELTRIM, 2009). Os agricultores familiares necessitam de trabalho em cooperação para permanecerem no campo e enfrentar ausência do crédito, e por meio do cooperativismo os agricultores conseguem com mais facilidade obter este acesso (BRANDÃO, 2010).

A base de serviço representa uma grande inovação no interior de alguns dos sistemas cooperativos solidários. Com essa inovação organizativa, as necessidades de ampliar o tamanho das cooperativas singulares para diminuir seus custos de operação foram contornadas. Em termos jurídicos, a base de serviço é uma cooperativa central de serviço. Tem caráter operacional, agregando cooperativas singulares por proximidade. Tem a responsabilidade de organizar e oferecer serviços de formação, contabilidade, informática e demais atividades relacionadas ao cooperativismo de crédito rural. Assim, os serviços voltados ao atendimento dos associados continuam sendo realizados por cooperativas de menor tamanho, que valorizam as relações de proximidade, enquanto os serviços que exigem economias de escala (maior tamanho) são prestados pela base de serviços, que atendem a várias cooperativas.

Segundo Búrigo (2006), o cooperativismo solidário atua muito no campo das “microfinanças”. Alguns desses serviços financeiros são oferecidos com apoio de



recursos do governo com o princípio de atender as populações de baixa renda. Esses programas governamentais têm dificuldades de viabilizar diretamente suas operações, por isso buscam parcerias com as cooperativas e bancos públicos. Essas organizações agem como intermediárias de políticas públicas que visam promover o desenvolvimento e inclusão social (FELTRIM, 2009).

A presença e consolidação do cooperativismo de crédito solidário não tem sido uniforme no Brasil, sendo mais significativa em algumas regiões. O exemplo mais expressivo, e que foi referência para o projeto analisado por este trabalho, é o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (Sistema Cresol).

## 2.5 CRESOL

Neste item será recapitulado brevemente a história e perfil do Sistema Cresol. Descreve-se a estruturação do sistema, sua participação no mercado financeiro, dados sobre seu crescimento, uso dos recursos públicos, bem como as formas com que essa organização atua para promover o desenvolvimento territorial sustentável no território.

Fundado em 1995, atualmente a Cresol ocupa a quarta posição dentro do cenário cooperativista de crédito nacional. É um sistema constituído exclusivamente por cooperativas de crédito rural cuja atuação abrange cerca de 650 municípios dos três estados do Sul (CRESOL BASER, 2012; CRESOL CENTRAL, 2012).

O sistema Cresol nasceu da necessidade de melhorar as condições de aplicação de crédito rural para a agricultura familiar e fortalecer de o desenvolvimento local. Sua formação é resultado da ação de agricultores familiares e organizações de apoio de Santa Catarina e do Paraná que estavam ajudando a reconstruir as lutas sociais durante o período de redemocratização do país, procurando estabelecer novas formas de atuação dos sindicatos, associações, ONGs, fundos de crédito rotativo e movimentos sociais. Esse sistema é, portanto, fruto de um conjunto de iniciativas e não um processo organizacional isolado.

A Cresol busca consolidar uma organização econômica, porém com forte controle social. Baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social a Cresol busca o fortalecimento dos seus cooperados

através da aplicação de um crédito de qualidade, com o objetivo de inserir os agricultores na sociedade e contribuindo para sua permanência no campo. Ela colabora com a diminuição do êxodo rural, para o aumento na produção de alimentos, descentralização das riquezas produzidas e para a preservação do planeta as futuras gerações (CRESOL BASER, 2012).

Em 1995 foram constituídas as cinco primeiras cooperativas do Sistema, que abriram as portas em 1996 (CRESOL BASER, 2012). Na mesma época foi criado pelo Governo Federal o Pronaf, que se constituiu numa importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agrícolas, sendo responsável pela entrada de muitos associados e pela criação de uma relação de proximidade das cooperativas com os agricultores. A criação das primeiras cooperativas Cresol e o crescimento constante, registrado desde os primeiros anos de funcionamento, evidenciam a força socioeconômica da agricultura familiar e de regiões rurais, até então excluídas do sistema financeiro tradicional.

O formato institucional do Sistema, que compreende cooperativas singulares, bases regionais de serviços e a cooperativa central, foi sempre conduzido em rede. Por isso a compreensão do formato institucional é necessária para se entender a lógica de expansão do sistema.

A primeira Cooperativa Central do Sistema (Cresol Baser) foi criada em 2000, com orientação do Banco Central. Nos últimos anos o BC passou a orientar, via a normatização, os sistemas cooperativos a se organizar por meio de centrais de crédito, delegando à elas grande parte das responsabilidades de fiscalização e controle das singulares. As principais atribuições da Central são as seguintes: Capacitação e formação de dirigentes, técnicos e assessores; Contabilidade – padronização, coordenação e normatização; Auditoria interna; Crédito Rural – Acompanhamento do MCR; Operacionalização do recursos do Plano de Safra e sua análise socioeconômica; Informática – Desenvolvimento e atualização de *Software*; Comunicação e *Marketing*; Recursos Humanos (CRESOL BASER, 2012).

As Bases Regionais de Serviços são cooperativas de serviço, de caráter operacional, agregando cooperativas singulares por proximidade essas tem a responsabilidade de organizar e oferecer serviços de formação, contabilidade, informática e demais atividades relacionadas ao cooperativismo de crédito rural. As atribuições da Base Regional compreendem: Formação; Informática e tecnologia da

informação; Comitê de Crédito; Conselho de Administração Fiscal; Contabilidade; Execução e análise de Balanço Contábil, acompanhamento e gestão; Negociação com governos municipais, órgãos públicos regionais; Recursos Humanos; Normativos específicos para as cooperativas da região.

As Cooperativas Singulares são cooperativas de primeiro grau que atuam diretamente com o público alvo do Sistema Cresol e têm como objetivo facilitar o acesso ao crédito rural e a serviços financeiros, contribuindo para um projeto de desenvolvimento. Estimulam a formação, capacitação e organização dos associados a fim de ampliar o controle social, orientando relações de parceria em nível local. Os recursos captados pelas singulares são aplicados localmente, contribuindo com a economia dos municípios e com o desenvolvimento local (CRESOL BASER, 2012).

Essas cooperativas singulares trabalham com PAC, que são postos de atendimento ao cooperado. Os PAC estão diretamente ligados a administração e direção da singular e não possuem contabilidade própria, devendo seu movimento diário ser incorporado ao da sede da singular.

Além de gerar novas singulares, PAC e bases de serviços, o crescimento e a necessidade de reestruturação do Sistema levou a constituição de outra central, denominada de Cresol Central. Como pode ser visto na Tabela 2, em 2011 a área de atuação das duas centrais compreende os três estados do sul do Brasil<sup>14</sup>.

**Tabela 2 - Número de cooperativa, PAC e associados do Sistema Cresol em 2011**

Indicadores /Central	Cresol Baser PR/SC	Cresol Central RS/SC	Total
Número de cooperativas	78	60	138
Número de PAC	164	94	258
Número de associados	90.936	100.000	190.936

Fonte: Sistema Cresol; adaptado pela autora

O quadro social da Cresol é composto na sua grande maioria por agricultores familiares, que são responsáveis diretos pela administração dessas cooperativas. A administração horizontal permite o fortalecimento do controle social. Assim, mesmo com seu crescimento, ela pode garantir que a gestão fique na mão dos agricultores. Nos últimos anos, o sistema se tornou referência nacional no uso do crédito rural oficial, na geração de benefícios econômicos e sociais. O acesso ao crédito

<sup>14</sup> A partir de 2012, o Cresol passou a atuar também nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

subsidiado melhora a qualidade de vida dos agricultores familiares e dinamiza a economia local.

Um diferencial importante para o sucesso do Cresol são as parcerias com organizações financeiras que viabilizam e financiam o crédito. Por meio das parcerias com BNDES, Banco do Brasil, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e Abastecimento, Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), organizações não governamentais, nacionais e do exterior, somam-se forças em busca constante do desenvolvimento da agricultura, através do crédito bem aplicado (BASER, 2010).

Porém, o Sistema Cresol não se conformou em ser apenas um elo de repasse de créditos governamentais e de outros parceiros. Seu funcionamento apóia-se na valorização econômica de proximidade, cujo princípio é acreditar e investir nas pessoas. O foco prioritário é oportunizar crédito qualificado e facilitado aos cooperados, seguindo os critérios que motivaram a constituição do sistema: garantir acesso ao crédito, desburocratizar o uso dos empréstimos e ser instrumento de desenvolvimento (CRESOL BASER, 2012). Na Tabela 3 pode-se analisar parte da movimentação financeira da Cresol Baser nos últimos três anos.

**Tabela 3 - Evolução da carteira de repasses, recursos próprios e depósitos na Cresol Baser - em R\$ milhões no período de 2009 à 2011**

Indicador/ Ano	2009	2010	2011
Carteira de repasse	490.26	479.2	592.9
Carteira de recursos próprios	185.02	189.0	233.7
Repasso crédito rural	-	-	348.0
Depósito total	208.13	228.0	298.5

Fonte: Cresol 2011, adaptado pela autora.

Nota-se que em 2011 houve uma evolução significativa das carteiras de crédito e de depósitos. Os resultados da evolução do crédito rural liberado representam um total de 348 milhões de reais - que somados aos 233.7 milhões de reais de empréstimos com recurso próprio da cooperativa, representam um valor de 592.9 milhões de reais- , sendo os principais o Pronaf e o Microcrédito. O Pronaf é um canal de aproximação do cooperado, fazendo com que por meio do crédito os agricultores consigam transformar suas propriedades em fonte de renda com qualidade de vida e desenvolvimento social.

No último ano apresentaram números expressivos nos repasses, em que foram liberados mais de R\$ 310 milhões (CRESOL BASER, 2012). Os repasses do crédito por meio de recursos próprios busca atender as demandas do quadro social tanto na implantação e desenvolvimento de atividades não financiadas com recursos oficiais, como para complementar esses financiamentos. Entre as principais linhas liberadas estão os créditos sociais, investimentos/custeio, habitação e crédito pessoal.

O trabalho para a diminuição da pobreza no campo, na transformação da vida dos agricultores familiares, mesmo os mais necessitados é algo que a organização busca, mesmo sendo uma tarefa difícil e por vezes onerosa. A cooperativa está inserida para que por meio do repasse de um crédito bem orientado, dignifique o trabalho no campo, desenvolva a propriedade, e gere renda a esses agricultores diminuindo cada vez mais o quadro destas famílias empobrecidas. Alguns planos e atividades relacionadas à Cresol e ao desenvolvimento são apontadas abaixo.

Um exemplo do trabalho de combate à pobreza ocorreu quando a Cresol conquistou uma licitação – em que o concorrente era a Caixa Econômica Federal –, para o uso de recursos governamentais na construção de residências destinadas à população, vivendo abaixo do nível da pobreza (ABRAMOVAY e MORELHO, 2010).

O Sistema Cresol ganhou a licitação – pois seus custos para chegar a estas populações eram mais baixos que os das grandes instituições estatais formais e fez desta intermediação financeira a base para um trabalho de desenvolvimento junto a um público bem mais pobre do que aquele com que trabalha e que estava excluído do sistema bancário (ABRAMOVAY e MORELHO, 2010).

Desde então, o Programa Habitação Solidária da Cresol trabalha em parceria com o Governo Federal dando vantagens para o financiamento de casas de baixo custo e interesse social como: juros baixos, carência e também recurso a fundo perdido. O objetivo é viabilizar às famílias agricultoras condições de viver no campo com conforto e segurança, o que reflete na qualidade de vida e no desejo de permanência na propriedade.

A administração do sistema Cresol é composta por agricultores, muitos dos quais possuem baixa formação escolar, tendo em geral primeiro ou segundo grau incompletos. Porém, muitos dos agricultores que assumem papel de diretores

possuem bom conhecimento sobre a região de atuação da cooperativa, conhecem os anseios dos associados e suas principais dificuldades.

Para reforçar sua ação na área de formação a Cresol formou o Instituto Infocos<sup>15</sup>, cujo principal papel é atuar junto ao quadro social de diretores e funcionários oferecendo cursos de capacitação, educação e pesquisa. Conhecendo e compreendendo como se faz o cooperativismo solidário, os associados podem participar mais, tornando-se sujeitos de mudança na cooperativa e nas sociedades em que vivem.

Os programas de assistência técnica estimulam a organização e a capacitação dos agricultores para que estes possam enfrentar melhor os desafios da produção, industrialização e comercialização de sua produção. Trabalham com agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, que são agricultores com a função de levar até os demais associados diretamente em suas comunidades debates sobre os temas importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, como o desenvolvimento local e o controle social. Esses agentes fomentam ainda discussões sobre o papel do crédito como instrumento para a construção de um sistema de produção sustentável para as unidades de produção, com a adoção de tecnologias que possibilitem ao agricultor desenvolver seus projetos sem afetar o equilíbrio da natureza, melhorando assim sua condição de vida no campo (CRESOL BASER, 2012).

Nos últimos anos, além das questões relacionadas ao crédito e políticas públicas, a Cresol vem se baseando nos princípios do desenvolvimento territorial sustentável, tanto com os agentes comunitários, quanto os programas de habitação, Infocos e Ater, entre outros, possibilitando a criação de espaços de autonomia e oportunidades para transformação da realidade dos agricultores rurais. Em busca do desenvolvimento territorial sustentável, a Cresol a partir de uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina buscou a formação de mais um ponto de atendimento com esse enfoque no Litoral Sul Catarinense. O trabalho se

---

<sup>15</sup> O Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário foi criado em agosto de 2006 pela Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol Baser e as suas Bases Regionais, para oferecer a públicos distintos, formação em cooperativismo, orientando ao desenvolvimento sustentável e solidário. O desafio é por meio de processos educativos, revitalizar a participação das pessoas, ampliando na prática cotidiana, os valores e princípios do cooperativismo, fortalecendo e consolidando a agricultura familiar, alicerçados na solidariedade, na intercooperação, na inclusão socioeconômica, cultural, ambiental e política (INFOCOS, 2012).

desenvolveu numa região cuja base econômica e social está fundamentada na pesca. Antes de discutir o projeto comenta-se brevemente a relação entre pesca, associativismo e políticas de desenvolvimento.

## 2.6 OS PESCADORES E O COOPERATIVISMO

Trabalhar com pescadores é uma novidade no mercado financeiro. Gera uma inovação que traz diversas consequências. Primeiramente, por ser um povo extrativista possui uma cultura peculiar<sup>16</sup>. Ao não ter uma produção planejada, sua renda depende da presença do ambiente natural. Além disso, esse público não tem o hábito de se associar para desenvolver atividades ligadas à comercialização e o financiamento. A sua baixa organização é agravada pela presença de muitas restrições legais e ambientais. Tais particularidades trazem dificuldades aos projetos que visam inserir esse público no sistema financeiro, gerando a necessidade de pesquisas e estudos antes de ser iniciado qualquer trabalho. Maldonado (2006), relata que

[...] a pesca em todo país enfrenta vários problemas e complexidades, dentre os problemas destacam-se para este contexto: leis e portarias pouco claras, podendo levar a diferentes interpretações; carência de políticas públicas de incentivo a implantação de entrepostos pesqueiros, infraestrutura mínima para, limpeza, processamento e comercialização que é imprescindível; falta de organização associativa e maior apoio as colônias de pescadores artesanais; necessidade de fazer um cadastramento real do número de pescadores artesanais (MALDONADO, 2006, p. 328).

Para iniciar uma ação que traga benefícios financeiros à esse público é preciso encontrar um caminho novo para se trabalhar. Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que trabalha no desenvolvimento da pesca no Litoral Sul Catarinense, “deve-se trabalhar a dimensão da cooperação, associativismo junto aos pescadores artesanais para superar a situação de falta de protagonismo nas organizações representativas e aumento da mobilização e participação popular” (2011. p. 92).

Desde a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP-PR), no ano de 2003, e sua evolução à condição de Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no ano de 2009, que o Governo Federal vem desenvolvendo diversas

---

<sup>16</sup> São as atividades de coleta de produtos naturais, sejam estes produtos de origem vegetal, animal, ou mineral. Esses produtos podem ser cultivados para fim comerciais, industriais e para subsistência, e ela é a atividade mais antiga desenvolvida pelo ser humano.

políticas públicas para estimular o incremento da produção aquícola bem como a utilização sustentável dos recursos pesqueiros no país. O desenvolvimento econômico de tais atividades prescinde da elaboração de sistemas de avaliação das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura e da geração contínua de dados e informações estatísticas que possam balizar novas políticas públicas para o setor e orientar os investimentos feitos pela iniciativa privada.

Para o Lemate e o sistema Cresol é preciso levar ao público pesqueiro uma opção para aumentar sua capacidade econômica e assim preservar sua cultura, produção e a territorialização<sup>17</sup>. Segundo Búrigo (2010), transcender o público tradicionalmente atendido pelas cooperativas, permite estabelecer novos laços institucionais e gerar novas oportunidades de negócios para seus associados e para as organizações. Acredita-se que com a cooperativa de crédito os pescadores terão, assim como o agricultor familiar, possibilidades de obter sua expansão econômica e melhorar o acesso aos mercados, diminuindo as chances de abandonar suas atividades. Ou seja, com uma iniciativa dessa natureza caminha-se em busca do desenvolvimento territorial sustentável na região.

Note-se que, no Brasil, a pesca artesanal é enquadrada para fins de políticas de financiamento como sendo atividades de natureza rural, sendo o pescador considerado agricultor familiar. Desde a promulgação da Lei n.11.326/06 de 2006, que criou a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendedorismo Familiares Rurais, reconhece-se esse segmento como um setor da categoria produtiva, conceituando-o a partir dos seguintes critérios:

- Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo território brasileiro);
- Utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento e
- Ter renda familiar predominantemente originada da atividade econômica vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

Em termos legais, se enquadram na condição de agricultor familiar os seguintes públicos: assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebrantes de coco, moradores de fundo de pasto, faxinalenses, ribeirinhos, chiquitanos, retireiros, torrãozeiros, geraizeiros,

---

<sup>17</sup> Neste contexto o termo territorialização é para designar a afirmação desse povo no seu território.



vazanteiros, ciganos, pomeranos, pantaneiros, caiçaras, atingidos por barragens, e todos os seguimentos denominados de camponeses e outros habitantes das comunidades tradicionais (MDA (2008) *apud* BÚRIGO, 2010, p. 437).

Portanto, no Brasil, a pesca artesanal esta inserida nas políticas públicas de desenvolvimento rural. No entanto, os agentes financeiros não garantem o acesso desse segmento ao crédito oficial. Esses pescadores dependem fortemente de esquemas informais e se deparam com problemas já enfrentados pela maioria dos agricultores familiares não vinculados às principais cadeias produtivas (BÚRIGO, 2011).

As debilidades do acesso ao crédito por pescadores têm relação com as insuficiências organizativas dos potenciais tomadores, que não conseguem seus direitos em relação ao financiamento público e as outras organizações do Sistema Financeiro Nacional. Essas dificuldades são também motivadas pela falta de interesse ou incapacidade do setor bancário, que não prioriza sua atuação em comunidades distantes dos grandes centros produtivos e nem está adequadamente aparelhado para tratar demandas de segmentos de baixa renda, que não compõem o seu rol de clientes preferenciais (BÚRIGO, 2010).

Ao longo da segunda metade do século XX a pesca vivenciou um situação semelhante ao da agricultura em relação ao crédito: os recursos serviram, sobretudo, para fortalecer as políticas de modernização da frota especialmente via a priorização de sistemas produtivos voltados à exportação e a instalação de complexos pesqueiros de médio e grande porte. Só mais recentemente, o crédito tem sido visto como elo estratégico em programas de desenvolvimento regional e combate à pobreza no meio da pesca artesanal (BÚRIGO, 2011).

Portanto, a partir do surgimento do Pronaf tenta-se trazer novas perspectivas à pesca, buscando viabilizar recursos financeiros e novas formas de interação social. Mesmo com o Pronaf não surgiram cooperativas de crédito nas localidades em que as atividades pesqueiras e aquícola de base familiar são expressivas.

Para grande parte das famílias de pescadores e aquicultores que atua em regime de economia familiar e para muitas regiões em que as atividades pesqueiras e aquícolas são econômica e socialmente importantes, as cooperativas de crédito rural solidárias podem se tornar um elemento estratégico para a promoção do desenvolvimento (BÚRIGO; CAZELLA e CAPELESSO, 2011). Esse foi o principal

motivador do Projeto que o Lemate e a Cresol desenvolveram no Sul Catarinense. Em outras palavras buscava-se solucionar um dos maiores entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar no Brasil: o acesso de produtores familiares ao crédito rural. Além disso, procurava dotar zonas pesqueiras e aquícolas de um mecanismo em organização social capaz de organizar a poupança local, aspecto considerado estratégico para o fortalecimento de processos de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

### **3 PROJETO DE FOMENTO AO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DESENVOLVIDO EM GAROPABA (SC)**

Este capítulo procura fazer uma análise das ações de extensão desenvolvidas pela equipe do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC) em torno do projeto Promoção do Cooperativismo de Crédito junto a Pescadores e Aquicultores Familiares. Iniciado em 2010 esse projeto possuía como principal objetivo constituir uma organização financeira para auxiliar no desenvolvimento territorial sustentável em regiões de pescadores artesanais, aquicultores e agricultores familiares do litoral catarinense

O projeto inspirou-se em experiências bem sucedidas e implantadas por agricultores familiares do sul do Brasil durante os últimos anos, sendo o sistema Cresol a principal referência desse processo. A proposta era estimular a constituição de uma cooperativa de crédito rural ou Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) em regiões litorâneas de Santa Catarina ainda não atendidas pelos sistemas cooperativos, neste caso Garopaba<sup>18</sup>. Por contar com o protagonismo das famílias de pescadores e aquiculturas, esse novo modelo de cooperativa de crédito pode ser considerado como uma inovação técnica e institucional, que serve de referência para o desenvolvimento de iniciativas similares em outras regiões do país (CAPELESSO, 2010).

O projeto contou com o apoio do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) ; do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Prefeitura da Cidade de Garopaba; da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), e da Cooperativa de Crédito Rural Solidaria (CRESOL).

A seguir será apresentada a região de estudo, tendo como base o município de Garopaba-SC. De forma breve serão abordadas as principais características

---

<sup>18</sup> O projeto teve outra frente de trabalho em Governador Celso Ramos e Biguaçu. Por não ter conseguido os mesmos resultados de Garopaba e por limitações técnicas para aprofundar a pesquisa em torno dessa segunda experiência, o assunto não será abordado em detalhes no presente trabalho.

históricas, ambientais, culturais e econômicas e aspectos da região que são relevantes neste trabalho.

### 3.1 A REGIÃO DE ESTUDO: HISTÓRICO, ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

O município de Garopaba é conhecido por suas belezas naturais, como praias de areia limpa e branca, dunas gigantes, e morros com vegetação da mata atlântica que fazem dela uma espécie de paraíso turístico. Possui um centro comercial completo em gastronomia e lojas e outros atrativos que permitem que o turismo acabe acontecendo em outras épocas, além do verão. Durante os meses de agosto a novembro, dependendo das correntes marítimas, suas praias recebem a visita da Baleia Franca. O turismo é atualmente a sua atividade econômica principal.

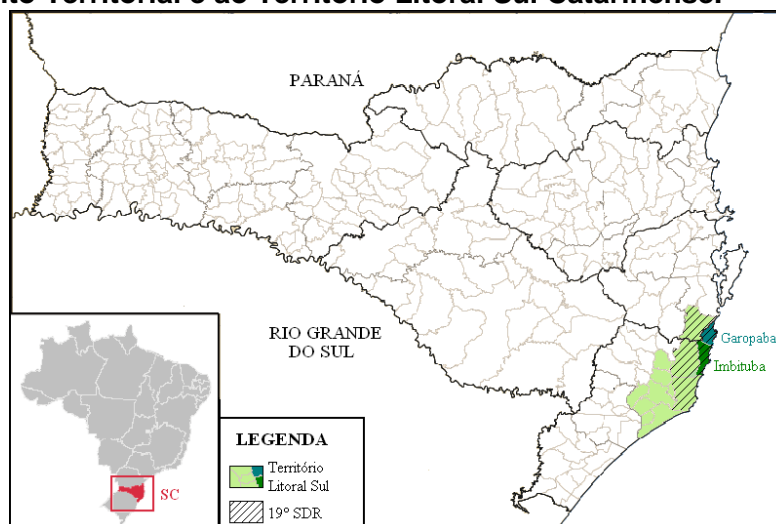
Garopaba começou sua colonização em 1666, quando aportaram os primeiros imigrantes açorianos. O nome Garopaba vem do Carijó *ygara* (canoa) e *paba* (paradeiro) ou enseada. Em 1793 foi criada a Armação de São Joaquim de Garopaba, que durou até 1846, quando a localidade foi elevada à categoria de Freguesia. Durante essa época, a vila explorava um produto de alto valor comercial: o óleo de baleia. Ele era extraído dos animais que habitavam de forma abundante o litoral da região e era empregado na iluminação pública. Servia também para compor uma argamassa no qual ele cumpria a função do cimento (FERREIRA, V., 2010).

Desde a primeira metade do século XVI a região recebia embarcações que ali buscavam abrigo. Mais de um século depois, em 1766, imigrantes de origem açoriana se instalaram na localidade, tendo como atividades principais à pesca e a caça às baleias. A fundação da vila se deu em 1846. Porém somente em 1890 Garopaba foi elevada a município, título que perdeu em 1923 quando passou a integrar o território de Imbituba. Anos após, em 1930, é então agregada ao município de Palhoça, tendo novamente sua independência distrital no ano de 1961.

A Política Territorial de Aquicultura e Pesca do MPA define o município de Garopaba como pertencente ao Território Sul Catarinense. Como pode ser visto na

Figura 2, esse território é composto originalmente por treze municípios<sup>19</sup>: Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Paulo Lopes, Tubarão, Gravatal, Pedras Grandes, Armazém, Treze de Maio e Sangão.

**Figura 2- Localização do município de Garopaba, pertencentes à 19ª Secretaria de Desenvolvimento Territorial e ao Território Litoral Sul Catarinense.**



Fonte: Capellesso (2010), adaptado pelo autor.

O Território Sul Catarinense se caracteriza pela multiplicidade de atividades presentes na área da pesca e aquicultura, que lhe dão uma relevante importância socioeconômica. Situada na região litorânea desse Território, Garopaba tem suas terras banhadas pelo complexo Lagunar, uma série de lagoas que envolvem sete municípios. No Complexo Lagunar, a pesca estuarina é realizada exclusivamente pela categoria de pescadores artesanais, o que reforça a sua presença e a diversidade técnica produtiva da região. O Complexo Lagunar também se apresenta como segundo maior produtor de pescado do estado em águas oceânicas. Neste Território existe ainda um número considerável de estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte que são característicos da agricultura familiar.

Garopaba possui um território de 115,56 km<sup>2</sup>, latitude 28,02º sul e longitude 48,61º oeste. Tem como limítrofes os municípios de Palhoça ao norte, Laguna, Tubarão Imbituba ao sul, Paulo Lopes ao oeste, sendo ainda ao leste banhada pelo Oceano Atlântico. Dista cerca de 80 km da capital estadual Florianópolis e está

<sup>19</sup> Existe uma proposta para incluir mais seis municípios continentais, passando a ser denominado Território Sul Catarinense: Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Martinho e Orleans (MPA 2011).

inserida na 19ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do Governo do Estado de Santa Catarina<sup>20</sup>.

De acordo com os dados do último censo populacional, Garopaba conta com 18.138 habitantes (IBGE, 2010). Contudo, com a presença do turismo, esta contagem multiplica-se por seis durante a temporada de veraneio. A relação urbano-rural do município aproxima-se à média brasileira, mas é superior a média do estado, conforme aponta a Tabela 4.

**Tabela 4 - Participação relativa da população por situação do domicílio, segundo Brasil, Santa Catarina e Garopaba em 2007**

Situação	Rural	Urbana
Garopaba	16%	84%
Santa Catarina	22,5%	77,5%
Brasil	17%	83%

Fonte: IBGE, 2007.

Como pode ser analisado na Tabela 5, em termos sociais, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) aponta para um quadro evolutivo. Em 2000, o IDHM de Garopaba alcançou 0,785, colocando o município na 181ª posição estadual.

**Tabela 5 - Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) Garopaba (1970-2000)**

Ano	Educação	Longevidade	Renda	IDH Municipal
1970	0,409	0,424	0,142	0,325
1980	0,510	0,546	0,503	0,520
1991	0,689	0,784	0,572	0,682
2000	0,839	0,834	0,683	0,785
Evolução 1970/2000	105,1%	96,7%	381,0%	141,5%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O IDH-M do município acumulou uma evolução de 141,5%, tendo maior avanço determinado pela dimensão “renda”, que no mesmo período cresceu 381%. Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) de Garopaba é apresentado na Tabela 6<sup>21</sup>. O IDF é um indicador social que aborda outros aspectos sociais, sendo sua unidade de análise a família, e não o indivíduo. No entanto, o indicador de cada família se constrói a partir dos dados pessoais de seus integrantes. Os indicadores do IDF são os seguintes: vulnerabilidade; acesso ao

<sup>20</sup> As SDR são parte de uma política do governo estadual com a intenção de descentralizar as políticas públicas, atuando na escala territorial e não somente na esfera dos municípios

<sup>21</sup> Quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador.

conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil e condições habitacionais.

**Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Familiar de Garopaba (out/2008)**

Item / IDF	0,560
Acesso ao trabalho	0,600
Disponibilidade de recursos	0,750
Desenvolvimento infantil	0,690
Condições habitacionais	0,740
Acesso ao conhecimento	0,430

Fonte: SEBRAE, (2010)

Pelos dados relacionados a Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros, em 2008 a incidência de pobreza atinge 32,7% da população do município. A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), os dados de Garopaba podem ser vistos na Tabela 7.

**Tabela 7 - Produto Interno Bruto de Garopaba (2008)**

Setor	Valor (mil reais)
Agropecuária	9.148
Indústria	39.509
Serviços	104.895
Impostos	13.440
Municipal	166.992
Per Capita (reais)	10.073

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percebe-se a forte participação do setor de serviços no PIB. O valor superior desse setor tem direta ligação com a principal atividade econômica no município: o turismo. Como se vê, o setor primário (agropecuária) é o de menor participação na geração de riqueza. Nele, a pesca é a principal atividade, seguida pela pecuária, deixando para a agricultura a terceira posição (ZOLDAN, 2006 *apud* CAPELLESSO, 2010).

No município, observa-se a existência de comunidades ligadas à pesca que são também associadas à agricultura. Essas comunidades desenvolvem atividades pesqueiras em mar ou nas diversas lagoas existentes na região, alternando sua atuação entre a agricultura e a pesca. Atualmente, a agricultura familiar mantém

atividades voltadas, principalmente, à subsistência, destacando-se o cultivo de mandioca, cana, milho e feijão, a pecuária e a pesca como pode ser visto na Tabela 8 (FERREIRA, 2010).

**Tabela 8 - Lavoura temporária e permanente no município de Garopaba (2009)**

Lavoura	Produção(t)	Rendimento (R\$)	Área(ha)	Média (kg/ha)
Arroz	224	103.000,00	40	5600
Cana-de-açúcar	1330	133.000,00	38	35000
Feijão	18	16.000,00	18	1000
Mandioca	2160	475.000,00	120	18000
Milho	150	42.000,00	50	3000
Banana	120	114.000,00	12	10000

Fonte: IBGE, (2010).

No ano de 2007, a mandioca foi a cultura de maior expressão no que se refere a quantidade produzida. Esse o cultivo representou 0,34% de toda a produção estadual. No mesmo ano, a cultura da mandioca foi a que se apresentou maior em área plantada: 120 hectares. Um fato importante no município é que pequenos agricultores de mandioca sofrem perda de espaço pela venda de terras em especial para novos moradores capitalizados e empreendedores ligados ao turismo. Com isto, gradativamente, as atividades com maior retorno econômico vão ocupando as áreas antes destinadas às tradicionais formas de produção (FERREIRA, v., 2010). No que se refere à produção animal no município, o leite ganha destaque como pode ser visto na Tabela 9.

**Tabela 9- Produção animal de Garopaba (2010)**

Rebanho/ Produto	Bovinos	Suínos	Frangos	Galinhas	Vacas (Leite)	Leite (litros)	Ovos (dúzias)
Unidades	4.639	77	3.263	745	452	447.000	5.000

Fonte: IBGE, (2010).

Para levantar os dados voltados à pesca é útil fazer uma comparação mais ampla. Segundo MPA (2009), os pescadores artesanais são responsáveis por aproximadamente 60% da produção pesqueira nacional, o que representa mais de quinhentas mil toneladas por ano. Essa produção é resultado da atividade de mais de seiscentos mil trabalhadores em todo o país. “Apesar da grandeza dos números, este setor ainda se encontra com baixa escolaridade, enfrenta condições precárias de trabalho e conta com pouca infraestrutura para o beneficiamento e venda do pescado (MPA, 2009)”.



Nos 531 km de litoral catarinense (7% do total nacional) são praticadas tanto a pesca industrial como a artesanal. Os dados do Registro Geral de Pesca (RGP) em 2006 apontaram a existência de 390.761 pescadores profissionais (artesanais e industriais) no país. Conforme dados do RGP disponibilizados pela Superintendência de Santa Catarina do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), “esse estado possuía, em dezembro de 2009, cerca de 38.000 pescadores profissionais. Em 2006, Santa Catarina possuía 22.000 pescadores profissionais artesanais” (SEAP/Prozee/Ibama, (2006) *apud* CAPELESSO, 2010, p. 57).

O município de Garopaba e entorno também contam com grande número de pescadores artesanais, sendo a maioria dedicada às atividades de pesca no oceano. São cadastrados no Registro Geral de Pesca 1.238 pescadores artesanais no município.

Além de Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna e Laguna têm na pesca uma importante atividade econômica. Juntos, esses municípios geram cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos no setor (INDESSC, 2008).

Os dados indicam que Garopaba conta ainda com um público que realiza atividades na área de pesca e agricultura. A expansão desenfreada do turismo ameaça, porém, a continuidade das atividades rurais tradicionais (pesca artesanal e agricultura familiar). A pressão imobiliária sobre o litoral força a elevação dos preços das terras, que passam a ser destinadas à construção de residências, ocupando rapidamente áreas antes destinadas à agricultura. Os agricultores e pescadores que estão descapitalizados se desfazem de suas terras para superar as dificuldades financeiras enfrentadas, sendo favorecidos pela alta demanda por lotes e sua consequente valorização. Esta situação vem se configurando em uma nova adequação no arranjo produtivo, descaracterizando o sistema produtivo tradicional. Tal condição ocorre tanto associada à redução das áreas para a prática agrícola, como pela transformação de ranchos de pesca em restaurantes, residências de veraneio etc. (CAPELLESSO, 2010).

Visto os problemas citados acima e somados com o fato de que este município carece de atendimento financeiro - assim como os pescadores em todo o país. Surgiu a proposta da cooperativa de crédito. A ideia é viabilizar recursos financeiros focados no desenvolvimento territorial sustentável, gerando

empreendimentos individuais e coletivos que ajudem a modificar a tendência atual de desagregação da população pesqueira e agrícola.

### 3.2 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE EXTENSÃO

O Projeto “Promoção do Cooperativismo junto a pescadores e aquicultores rurais” teve como estratégia geral o estímulo à participação social. Desde o início, as atividades buscavam envolver os atores locais no processo, potencializando o capital social existente e despertando a capacidade organizativa dos moradores da região. O fomento há uma cooperativa de crédito rural solidária ou do posto de atendimento cooperativo foi realizado em três etapas (sensibilização, mobilização e elaboração do projeto de constituição), sendo que boa parte das ações referentes as duas primeiras etapas foram concluídas em 2010. Essas ações alcançavam centenas famílias de agricultores, pescadores e líderes locais. Posteriormente, foram realizadas novas etapas de estruturação e de mutirões visando a formação do PAC, que ocorreu em março de 2012.

Logo no início, o projeto obteve apoio do Secretário de Agricultura e Pesca do município. Esse agente assumiu a articulação local do projeto e passou a agendar reuniões nas comunidades para a apresentação e discussão da proposta. Além disso, o Projeto recebeu o apoio formal da Associação de Pescadores de Garopaba e, em menor grau, da Colônia de Pescadores. Como resultado dessa articulação, essas entidades convocaram reuniões comunitárias, que foram realizadas em zonas distintas do município de modo a proporcionar a participação do máximo de pescadores e moradores locais. Todos os eventos contaram com a presença de bom número de pescadores – entre vinte e setenta –, os quais indicaram o interesse em levar adiante a proposta de organizar a cooperativa de crédito.

Durante essas etapas buscou-se difundir e despertar a ideia do cooperativismo, encontrando atores locais e explicando-lhes a importância de se constituir cooperativas de crédito rural protagonizadas por pescadores, aquicultores e agricultores. As atividades procuraram demonstrar também quais os passos necessários para se criar novas cooperativas de crédito dentro da ótica solidária e do desenvolvimento territorial.

Ressalte-se que os pescadores artesanais da região apresentam baixo nível de organização social e pouca experiência na condução de empreendimentos coletivos que não estejam ligados à questão produtiva (CAPELLESSO, 2010). Essa constatação reforçou a importância das ações do Projeto no campo da sensibilização e mobilização comunitária. Essas ações têm fundamentalmente um cunho educativo, sendo etapas fundamentais para a constituição de cooperativas de crédito. Além de ajudar a superar a insegurança gerada pela reduzida experiência que, sobretudo, os pescadores artesanais possuem sobre cooperativismo, a divulgação prévia visava facilitar as futuras campanhas de filiação e ampliação do quadro social da cooperativa, a ser empreendidas antes e logo após a sua inauguração.

As reuniões também foram realizadas junto à técnicos, autoridades locais eram representantes de organizações como Prefeitura; Câmara de Vereadores; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Sindicatos, Igrejas, grupo de mulheres, entre outros. Todos eram considerados fundamentais para viabilizar encontros e reuniões com os futuros beneficiários do projeto e para integrar os comitês de apoio a serem montados em torno da futura cooperativa. A ideia sempre foi aumentar o respaldo institucional da futura cooperativa.

Na Prefeitura Municipal conquistou-se de imediato a confiança e apoio do prefeito. Pode ser percebido que ele era favorável quando se dispôs a auxiliar na estruturação inicial da cooperativa. A ajuda material da Prefeitura ou de outros parceiros, seja para amortizar o valor do aluguel da sede, seja para cobrir a folha salarial, são medidas fundamentais para viabilizar a cooperativa na sua fase de estruturação.

Durante uma das reuniões analisou-se a importância da cooperativa para melhorar o atendimento financeiro aos pescadores e solucionar problemas existentes nos programas oficiais de crédito. Em parte, esses problemas são fruto da baixa capacidade demonstrada pela agência local do Banco do Brasil na gestão de programas de financiamento de cunho popular. Essa deficiência faz com que o município não consiga, por exemplo, aumentar as aplicações do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar na modalidade denominada Pronaf-Pesca - destinada exclusivamente a pescadores artesanais e aquicultores familiares - em função das elevadas taxas de inadimplência que o Programa apresenta no

município. Parte dessa situação é fruto de estratégias equivocadas adotadas pelo Banco durante os primeiros anos de funcionamento do Pronaf na região.

As cartilhas de crédito elaboradas pelo Lemate foram distribuídas nas residências familiares em diversos mutirões. Em função das características do público a cartilha possui uma linguagem de fácil compreensão, sendo produzidos a partir das publicações dos sistemas cooperativos, órgãos de assistência técnica e extensão rural. O documento retrata a importância das cooperativas de crédito e as informações sobre como organizá-las, constituindo-se numa forma de complementar as reuniões de apresentação da proposta, especialmente aos pescadores e agricultores. No período foram distribuídas cerca de oitocentas cartilhas, atingindo praticamente todas as comunidades do município.

Um dos principais “ganchos” para atrair o público eram as discussões sobre as vantagens do cooperativismo de crédito em relação ao sistema bancário. Nessas oportunidades foram sempre enfatizadas a maior facilidade de acesso às políticas públicas previstas no Sistema Nacional de Crédito Rural, em especial aos financiamentos do Pronaf.

Um dos mutirões das cartilhas ocorreu entre os dias 09 e 12 de outubro de 2010. Além de explicar a intenção do Projeto, essas visitas domiciliares possibilitaram a entrega da convocatória para um novo encontro municipal. Essa atividade contou com o apoio da equipe do Lemate e do secretário de agricultura e pesca de Garopaba. Nesse trabalho, os estudantes e o consultor tiveram contato direto com aproximadamente duzentas pessoas, as quais ficaram de repassar os exemplares entregues aos seus vizinhos. Notou-se que a disponibilidade desse material didático foi fundamental para aumentar a receptividade dos moradores e fortalecer a ideia de criação da cooperativa.

A etapa de mobilização ocorreu após os eventos de sensibilização com a apresentação dos princípios que norteiam o funcionamento das cooperativas de crédito e de sua importância para o desenvolvimento das comunidades de pescadores e aquicultores. Para isso, o Projeto promoveu oficinas municipais sobre a temática, visitas e formação do comitê de apoio.

As oficinas tiveram como público alvo lideranças dos futuros associados e possíveis multiplicadores da proposta. Com isto se consolidou os conhecimentos

sobre o modo de atuação das cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil e sua relevância para o desenvolvimento territorial, bem como foram capacitados e orientados de como proceder para estimular a criação de cooperativas de crédito rural (singulares) ou de PAC. Além dos eventos locais, duas cooperativas foram visitadas no final de 2010: Cresol Botuverá e Cresol Águas Mornas.

A excursão em Águas Mornas contou com a presença de 29 interessados. Inicialmente, realizou-se visita a uma associação de produtores rurais orgânicos. Seus associados destacaram a importância financeira da cooperativa de crédito para o fomento à atividade produtiva e à organização, sendo que os visitantes aproveitaram para tirar dúvidas sobre o seu funcionamento prático. Na sequência, ocorreu o almoço em um restaurante que fora construído com recursos financiados pela cooperativa. Nesse local ocorreu a palestra de um diretor e um técnico da Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária (Cresol) de Águas Mornas, resgatando-se o histórico de criação da cooperativa, os benefícios para o município e região, os desafios e o trabalho dessa organização que ocorre no dia a dia. Na sequência visitou-se a sede da cooperativa, conhecendo-se as pessoas, estruturas e serviços que propiciam aos seus associados a melhoria na qualidade dos serviços financeiros. A visita ao prédio da nova sede, na época ainda em fase de construção, chamou atenção pela grandiosidade, orgulho e auto-estima que esse tipo de organização gera na comunidade local.

A excursão teve continuidade com visita ao Posto de Atendimento Cooperativo de Enseada de Brito (Palhoça), que é vinculado à Cooperativa Cresol de Águas Mornas e já tem cerca de setenta maricultores entre seus associados. Essa visita teve por objetivo demonstrar as diferenças entre PAC e cooperativa singular e que o cooperativismo não é restrito à agricultura familiar, podendo e devendo somar forças com outras categorias socioprofissionais. De forma geral, a excursão permitiu a visualização prática da proposta que estava somente no imaginário dos participantes, cumprindo o papel de formação e motivação dos agentes, bem como propiciando estabelecer contatos para futuras parcerias com esse sistema de cooperativas de crédito rural.

Os próximos passos em direção ao cooperativismo se deram no início da constituição da coordenação provisória de Garopaba, que contou com nove pioneiros.

Neste momento já haviam sido realizadas em torno de quinze reuniões comunitárias, duas municipais com presença de autoridades e em torno de 332 participantes, entre eles pescadores, aquicultores e agricultores rurais, e uma pequena parcela de comerciantes interessados no projeto.

O Grupo Organizador ficaria responsável em assumir legalmente a condução do processo de constituição da cooperativa. A escolha do grupo foi feita entre pessoas com reconhecida idoneidade, que são representativas de suas comunidades e tem predisposição a se capacitarem tecnicamente para realizar o trabalho. Como apregoam os princípios cooperativistas, a cooperativa não deve discriminar pessoas e grupos, por causa de seus vínculos partidários ou religiosos. A pluralidade e o respeito às diferenças é fundamental para consolidar o espírito de cooperação e a solidariedade entre os associados. Assim, a gestão da cooperativa deve ser estruturada para garantir, fundamentalmente, oportunidades e direitos a todos independente das diferenças sociais, das opções políticas, das especificidades culturais, da idade e/ou do gênero a que pertencem.

Ao se responsabilizar pela implantação da cooperativa, o grupo organizador assume uma série de compromissos. Entre as tarefas destacam-se as seguintes:

- Coordenar as reuniões, viagens, seminários, oficinas de formação e estágios de futuros gestores, e demais ações relacionadas à cooperativa;
- Realizar o cadastro de todas as pessoas que participarem das atividades de organização da cooperativa e
- Convidar representantes de sistemas existentes para conhecer o grupo organizador e a região, iniciando as negociações para a futura filiação da cooperativa;

O grupo organizador e a comissão de apoio estabelecem pequenas contribuições dos futuros associados, financeiras ou não, para as despesas de organização da cooperativa, assim como incentivam o trabalho voluntário e a solidariedade com as pessoas que possuem menos recursos. Estes responsáveis devem fazer a prestação de contas periódica dos recursos recebidos e despesas realizadas, apresentando as informações de forma transparente (CRESOL, 2012). Tais cuidados ajudam a cooperativa a aprimorar a confiança e a capacidade de gerenciar recursos financeiros. Pode-se, inclusive, criar um “conselho fiscal”, mesmo

que seja informal, para acompanhar as contas que serão administradas para a criação da cooperativa.

A etapa de elaboração do projeto de constituição estava em andamento, e consistia na parceria entre a UFSC o sistema CRESOL e o grupo organizador. Esta etapa foi interrompida com a escolha pela criação do PAC, uma vez que, sendo ligada a outro sistema, não há necessidade do projeto de viabilização. Para realização desta etapa são necessárias diversas pesquisas de arquivos e banco de dados. A criação de uma cooperativa exige uma análise de viabilidade econômica, considerando as reais condições existentes no local onde se deseja constituí-la.

Um dos principais objetivos das cooperativas de crédito solidárias é atender os associados com menores custos e taxas, para melhor adesão deles na cooperativa. Geralmente elas trabalham na prestação de serviços para facilitar o acesso ao crédito rural e pesqueiro para os sócios. Para isso ela deverá fazer convênios com os agentes que operam os serviços demandados.

Normalmente, a população com a qual a cooperativa de crédito pretende atuar recorre a agentes financeiros informais existentes nas comunidades (CAPELLESSO, 2010). Em geral, esses agentes são agiotas, comerciantes e pessoas que atuam como intermediários em atividades de muitos dos futuros associados das cooperativas de crédito. Conhecer como funciona esse mercado informal de crédito e poupança, com suas regras de acesso aos serviços e taxas de juros cobradas é importante para a cooperativa estabelecer suas formas de intervenção no mercado financeiro local (BÚRIGO, 2010).

Depois das diversas reuniões a ideia era de que fosse constituída uma cooperativa de crédito rural singular do Sistema Cresol. A comunidade local, pescadores e agricultores já estavam cientes dos benefícios do cooperativismo e dispostos a formar uma Cooperativa de Crédito Rural no litoral Centro-Sul de Santa Catarina. O grupo organizador da cooperativa já estava estabelecido, assim como em parceria com o Lemate o projeto de constituição que deveria ser encaminhado ao Banco Central, já estava em andamento. Já havia sido disponibilizado recursos junto à prefeitura e comércio local para viabilizar o funcionamento da cooperativa.

Mas, após novas reuniões e conversações com a Cresol optou-se pela criação inicial do PAC<sup>22</sup>.

Em reunião realizada em outubro de 2011, o presidente do sistema Cresol recomendou oficialmente que primeiramente fosse constituído um PAC. Esta sugestão foi aceita pela maioria dos membros do grupo organizador e futuros cooperados, assim como os atores envolvidos no projeto, devido aos seguintes fatores:

- Permitir a abertura imediata de uma agência com todos os serviços e produtos financeiros, atendendo uma necessidade especialmente de Campo d'uma que não possuía nenhuma organização bancária;
- Evitar os trâmites burocráticos junto ao Banco Central, necessários para a criação de uma nova cooperativa.
- Oferecer maior experiência aos gestores locais.
- Visto a dificuldade de se trabalhar com o público da pesca, a abertura imediata do PAC facilitaria a aceitação deste público alvo em se envolver com o cooperativismo, pelo fato de visualizar uma estrutura concreta.
- Facilitar as reuniões e mutirões tendo como base o exemplo do PAC já estruturado.
- Através do PAC esses atores locais podem retirar suas dúvidas e facilitar o seu envolvimento para constituir uma cooperativa singular voltada à pesca.

Em novembro de 2011 foi então assinado um termo de cooperação entre a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Central Cresol Baser, Base de Serviço do Litoral de Santa Catarina, o Grupo Organizador da Cooperativa de Crédito Rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este evento ocorreu em Balneário Camboriu, durante o Encontro Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável promovido pela EPAGRI<sup>23</sup>. O Termo de Compromisso pode ser visto no Anexo 1.

---

<sup>22</sup> Outros preparativos e capacitações de diretores junto ao sistema Cresol também já havia sido realizado antes de surgir a proposta do PAC.

<sup>23</sup> Este evento teve por objetivo promover o processo de governança em cada região e criar nos territórios canais de comercialização de produtos e serviços locais, promovendo assim o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira de Santa Catarina.



A partir daí foram realizadas mais reuniões e eventos de capacitação para os futuros diretores, assim como encontros e reuniões entre o grupo organizador com a presença da Cresol Base Litoral e Cresol Imaruí, tendo como a pauta da formação do PAC. Nestas reuniões foram tratados de aspectos mais funcionais, relativos a empregados, aquisições de móveis, locação de imóvel entre outros.

Para sediar o posto de atendimento foi escolhida à comunidade Campo D'una, onde havia sido realizado um estudo de viabilidade para inserção da cooperativa, mostrando que a comunidade era carente de serviços bancários, além de ser bem localizada e de fácil acesso aos pescadores. Nesta comunidade houve uma boa participação dos atores locais durante as reuniões. Dos 18.134 habitantes de Garopaba, cerca de 4 mil são moradores na comunidade de Campo D'una. Para escolha dessa localidade, a Prefeitura, o comércio local e os moradores de comunidade Campo D'una atuaram de forma decisiva.

### 3.3 INAUGURAÇÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO COOPERATIVO

Foi sugerido pelo Sistema Cresol que o Grupo de Garopaba se unisse à Cooperativa de Imaruí para viabilizar o PAC. A cooperativa de Imaruí apresenta uma quantidade significativa de cooperados pescadores, o mesmo público que se pretende atender em Garopaba.

A Cooperativa de Imaruí enfrenta algumas dificuldades, entre elas a necessidade de se expandir. Com a união à cooperativa de Imaruí estabeleceu-se que dois representantes de Garopaba, (o vice presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e um funcionário da Secretaria de Agricultura do município), participariam da direção da Cresol Imaruí. Isso daria uma relação de mais proximidade do sistema com estes representantes, que podem assim definir metas, ter voto nas decisões de crédito e dar ao mesmo tempo treinamento para assumir a direção de uma futura cooperativa em Garopaba.

Antes da abertura do PAC, os estudantes do Lemate realizaram novos mutirões<sup>24</sup> distribuindo *folders* com um resumo dos trabalhos desenvolvidos para a abertura do PAC, e convidando os futuros cooperados para abertura do PAC. Isso serviu para fazer também a distribuição de cartilhas e guias para o público que ainda

---

<sup>24</sup> Ver fotos de etapas do Projeto em Anexo 2 e 3.

não havia sido alcançado. Durante este processo realizou-se diversas pré-filiações, em que se identificou que o perfil dos primeiros filiados eram pescadores, agricultores, agropecuaristas, trabalhadores e microempreendedores rurais. Por falta de condições de copiar ou dispor a documentação na hora da visita, o processo de filiação não correspondeu exatamente à expectativa do grupo organizador. Isto acarretou em um número menor de pré-filiados do que o previsto para a inauguração.

Durante a realização desse trabalho, os integrantes da equipe do Lemate puderam sentir, no entanto, o entusiasmo dos cooperados que estavam ansiosos pela abertura do PAC. A maioria parecia estar bem informada e ciente dos benefícios e dificuldades da abertura da mesma, com exceção de um pescador líder local, que participou de diversas reuniões e não concordou com o fato desse projeto não ser de formar uma cooperativa, dependendo assim de Imaruí. Para ele não teria então a direção e controle do povo da região. Esse pescador que não quis se filiar, causando uma decepção, era um dos difusores da ideia, e participante ativo nas comunidades pesqueiras da região.

O PAC foi inaugurado <sup>25</sup> no dia 23 de Março de 2012. Várias organizações estiveram presentes no evento, tais como o Lemate, Epagri, Secretaria da Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina, Prefeitura, Colônia de Pescadores, Associação de moradores, Presidentes e Dirigentes do sistema CRESOL, assim como o público alvo: os futuros cooperados.

Após alguns meses de funcionamento pode-se afirmar que a participação de pescadores ainda não é significativa, tendo os agricultores assumidos mais essa posição. Para fortalecer o trabalho junto aos pescadores, o Lemate contratou um articulador da região do Território Sul Catarinense que realiza projetos de desenvolvimento de pesca na região via a Pastoral da Pesca, bem como trabalha com projetos ligados ao Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil<sup>26</sup>. O trabalho desse articulador foi o de reforçar o associativismo e o cooperativismo de crédito nas comunidades pesqueiras dos municípios de Garopaba, Imbituba, Imaruí e Laguna, sensibilizando os parceiros e entidades

---

<sup>25</sup> Ver foto em Anexo 4.

<sup>26</sup> O DRS é a forma com que o Banco do Brasil interage com as organizações regionais e como os seus dirigentes se relacionam com as principais políticas públicas de desenvolvimento territorial em zonas rurais (CAZELLA e BÚRIGO, 2010).

representativas dos pescadores sobre o PAC e o cooperativismo de crédito junto às comunidades pesqueiras. O mesmo realizou reuniões e diálogos a campo, visitas aos ranchos de pesca, residência de pescadores, mobilizando-os a participar de reuniões nas comunidades e ter informações sobre o PAC, e assim fomentar o cooperativismo em Garopaba, trazendo mais cooperados pescadores, alvo do projeto.

Durante as reuniões, o articulador mencionava a importância do projeto desenvolvido na região, e que com o qual os pescadores poderiam visualizar novas oportunidades de ter um banco de crédito da visão e da necessidade da pesca artesanal. Na sequência, o presidente da Cresol de Imaruí falava do valor e benefícios de estar ligado a uma cooperativa de crédito. O técnico agrícola e participante ativo do projeto contava um pouco da história do PAC de Garopaba e alguns detalhes de encaminhamento de projetos. Em seguida, havia esclarecimentos do funcionário de Imaruí, dimensionando as informações em todos os aspectos, linhas de crédito e serviços diversos, por fim os diretos da Cresol Imaruí e representantes do PAC Garopaba faziam o uso da palavra salientando a responsabilidade da Cresol e do associado.

Atualmente o PAC, conta com 110 cooperados, os trabalhos futuros na região visam justamente buscar atingir um número maior deste público (pescadores), inclusive na intenção de que estes atores assumam a presidência ou direção de uma provável cooperativa singular em Garopaba, (retomando a ideia inicial do projeto), pois ninguém melhor que o próprio pescador saberá dizer o que é melhor para eles na sua direção.

Antes de encerrar mais esse Capítulo apresenta-se uma breve análise sobre a Cooperativa de Imaruí visto ser a coordenadora do novo PAC e contar com um público semelhante ao que se pretende atingir em Garopaba.

### 3.4 CRESOL IMARUÍ E SUA EXPERIÊNCIA JUNTO A PESCADORES

A Cresol Imaruí foi fundada no ano de 2005. No município não havia agência bancária, tendo a população que se dirigir a Imituba, localizada a 29 Km do município. Além da distância o Banco do Brasil não aprovava os projetos do

município para crédito rural. A cooperativa nasceu do interesse do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e da Epagri, que juntos buscaram o sistema CRESOL para dar apoio a sua iniciativa. A partir de então se iniciou a procura por líderes comunitários da região para a disseminação e fortalecimento da ideia. Isso ocorreu em reuniões e discussões durante longos cinco anos.

A cooperativa conta hoje com 881 cooperados ativos, sendo destes aproximadamente 236 pescadores, representando portando 26,78% da cooperativa. “Trabalhar com pescadores é um desafio, tivemos que conscientizar o uso do crédito para o crescimento econômico e social do cooperado pescador” afirma um dos diretores da Cooperativa.

A pesca artesanal é uma das principais fontes de renda do município sendo caracterizada principalmente pela mão de obra familiar. Conta com embarcações de pequeno porte, como canoas, jangadas ou é efetuada sem embarcações. A Cresol Imaruí investe no crédito rural junto aos pescadores da região. Via a organização, eles podem financiar e continuar com o seu trabalho na pesca. O incentivo é um motivo a mais para continuar na categoria, que sofre com a falta de herdeiros. A quantidade de crédito rural repassado pelas cooperativas Cresol, nas mais diferentes regiões onde ela atua, mostra a força do cooperativismo. Em entrevista à TV Cresol um pescador artesanal, diz:

“(…) a cooperativa veio ajudando e muito ao pescador, porque a gente tinha uma dificuldade enorme para conseguir investimento, custeio. Os pescadores necessitavam de investimento e com a cooperativa a gente tem esses benefícios, geralmente se utiliza para reforma de barcos, para construção das redes, a compra de todo o material e tecido para pesca. (...) compra de motor, veículos como motos para fazer a distribuição de pescado, sem depender muito dos atravessadores. Os pescadores com seus veículos podem fazer a venda direta do seu próprio pescado, seja diretamente com o consumidor ou no mercado conseguindo assim melhores preços.(CRESOL, 2012)

A importância da pesca artesanal não se resume a preservar a sustentabilidade econômica, preservar uma parcela da história da cultura de cada região. Em outra entrevista um pescador fala da importância deste sistema:

“ ...É difícil nós sem crédito, pro pescador principalmente porque a gente ia no banco e não tinha crédito, hoje em dia a gente vai na Cresol e consegue (crédito), eu mesmo já fui beneficiado. E eu hoje tô na pesca mais ainda pela Cresol, que a Cresol tá incentivando o pescador a ficar aqui não sair do local.”

A cooperativa está com diversas dificuldades entre elas as causadas pela inadimplência, que chega a 14%, do número de associados. Este resultado é decorrente de uma falha administrativa e má gestão da cooperativa, durante a permanência de um funcionário, em que este aplicou um “golpe” liberando empréstimos, sem contratos, em que nem mesmo a auditoria do sistema conseguiu encontrar as falhas. Após o ocorrido a cooperativa busca a sua reestruturação econômica. Além disso, o presidente da cooperativa compreendia que uma cooperativa de crédito deveria se preocupar basicamente com o repasse dos programas de crédito rural, como o Pronaf. Durante o primeiro ano, a cooperativa efetivou 80% dos empréstimos em repasses de crédito rural e apenas 20% em crédito pessoal. O crédito rural é um dos benefícios principais do cooperativismo de crédito rural, porém não é suficiente para manter o funcionamento do sistema. É necessário manter operações de crédito próprio e oferecer outros produtos para que a cooperativa possa manter-se.

Segundo o funcionário que trabalha na área de crédito da cooperativa, os pescadores em geral não sabem como funcionam as linhas de crédito disponíveis. Para isto a Cresol capacita os seus funcionários - como agentes de crédito citado anteriormente - para explicar ao pescador como ter acesso de crédito do Pronaf ou do Microcrédito e outras linhas de crédito da própria cooperativa. Os financiamentos são de valores baixos, em geral para reforma de embarcações, compra de motores, veículos utilizados para venda de pescado.

A baixa participação dos cooperados nas assembleias também é algo que prejudica a cooperativa, que está sempre precisando conscientizar seus cooperados. Segundo um diretor da cooperativa, os cooperados pescadores e agricultores não comparecem às reuniões realizadas nas comunidades. Essas reuniões são importantes, pois é nesse momento que os dirigentes podem perceber as principais necessidades dos cooperados e as principais fragilidades da cooperativa para com eles.

A intenção é qualificar os cooperados já existentes, por meio de agentes de crédito e programas de ATER. A busca pela expansão está ocorrendo para desenvolver e auxiliar outras regiões, quanto para elevar o número de associados depositantes e poupadores. A cooperativa encontra-se em expansão, atualmente conta com mais um posto de atendimento com cerca de 115 cooperados, este futuro

posto de atendimento pode ser fruto da iniciativa do projeto do Lemate uma vez que, o PAC de Garopaba “forçou” a organização por parte da diretoria a perceber a necessidade de expansão. Para Imaruí, o PAC de Garopaba também se torna um desafio, uma vez que o município, ainda que trabalhe com agricultores e pescadores, possui uma realidade diferente.

Algo bastante relevante é que a cooperativa se encontra em um município que possui um dos piores indicadores de IDH, PIB e Renda per capita do estado e possui um número expressivo de aposentados. Todos esses fatores somados dificultam o esforço da cooperativa para apresentar melhores resultados, ou sobras ao fim de cada ano. Porém, sua contribuição para os atores local e para o desenvolvimento socioeconômico da região faz com que, mesmo com todas essas dificuldades a cooperativa esteja cumprindo sua missão, que é promover a inclusão social da agricultura familiar por meio do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional. Isto se faz inserindo a camada social mais excluída no mercado financeiro, oferecendo crédito de qualidade, baseados nos princípios de desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem territorial dá maior importância aos atores locais, sendo esses vistos como elementos responsáveis pelo processo de desenvolvimento ao lado do Estado. Além das dimensões social, econômica e política, deve ser levado em consideração também aspectos relacionados à cultura e a “forma como vivem” esses atores. Todos esses elementos formam um conjunto na definição do território. Notou-se que o Brasil necessita de uma melhor definição do rural para que tenha o direcionamento correto de políticas públicas geradoras de desenvolvimento. A questão da sustentabilidade aponta a necessidade da educação ambiental e estudos que possam indicar a melhor forma de atingir seus objetivos.

As políticas públicas são capazes de levar recursos ao meio rural e valorizar iniciativas que vão além da produção, mas para isso se necessita de agentes financeiros capazes de repassar um crédito bem orientado.

Há muito que avançar para se atingir as camadas mais excluídas do setor financeiro. É necessário se pensar em estratégias que consigam envolver o Estado e as organizações locais para se atingir a camada mais empobrecida e criar uma verdadeira política de inclusão social. As cooperativas de crédito estão inseridas diretamente nesses locais e podem tentar atingir esse público, colaborando assim com os propósitos do desenvolvimento rural. No contexto rural, além de combater o êxodo e a degradação do ambiente e valorizar vida tradicional, a cooperativa pode ajudar no desenvolvimento sustentável, proporcionam crédito e outros serviços financeiros numa lógica diferente. Pode fazer com que o agricultor familiar (incluído o pescador) passe a dispor de uma vida mais digna, trabalhando naquilo que sabe e gosta de fazer, seja na terra ou no mar.

É possível observar que o sistema Cresol tornou-se uma importante alternativa econômica e social, pois colaborou no aumento da renda dos agricultores e no acesso às políticas públicas. Suas ações auxiliaram no aumento da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias, como as políticas de comercialização e de habitação rural, Ater e agentes comunitários de crédito.

O trabalho do Lemate em parceria com a Cresol está dando o primeiro passo na tentativa de conseguir levar ao público pesqueiro o serviços financeiros. A ideia é de fazer também um resgate da cultura, da produção local, fortalecendo a região e a

noção de território pesqueiro na ótica sustentável. Assim como no caso do agricultor familiar, os pescadores terão maiores possibilidades de crescimento, de expansão de suas atividades e diminuindo as chances de ter que abandonar suas tradições e valores culturais devido a especulação imobiliária e depredação dos recursos naturais.

A revisão destes conceitos foi fundamental para se compreender alternativas que caminhem ao encontro do projeto desenvolvido, em trazer ao agricultor familiar uma instituição capaz de gerar o desenvolvimento e inclusão social. As cooperativas de crédito rural têm potencial para fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável, seja por meio da cooperação e associação entre atores locais, seja via o crédito próprio bem orientado, e também daquele repassado através de políticas públicas.

Dentre todos os objetivos iniciais traçados, um se destacou. A proposta era de um projeto piloto, onde os pescadores fossem os principais articuladores dessa cooperativa: uma cooperativa de crédito formada por pescadores. A intenção era de solucionar um grande problema para a categoria, a dificuldade de acesso a repasses financeiros do governo ofertados a essa categoria, e por um crédito de maior qualidade. Essa solução se daria entre eles pela cooperação. Na teoria a ideia se mantém, tendo a cooperativa total interesse na viabilização desses repasses para a categoria, porém na prática, os maiores beneficiários da cooperativa de crédito dos pescadores, são ainda agricultores, que tomaram frente ao projeto e direção atual do PAC. Uma das possíveis falhas neste sentido – de não se ter conseguido alcançar uma gama maior de pescadores-, provavelmente se deve ao fato de: ser e uma inovação no mercado; falta de articulação dos envolvidos no projeto em trabalhar com o público da pesca; falta de experiência em cooperativismo e associativismo dos pescadores, como já apontado anteriormente; falta de experiência do sistema Cresol em trabalhar com pescadores e a falta de atrativo para estes atores, algo que seja palpável a eles, uma vez que se trata de algo novo.

Ainda destacam-se outros pontos relevantes, como a dificuldade de reunir os pescadores, devido ao fato destes dependerem de fatores climáticos, entre outros para saírem à pesca, não possuindo uma regularidade para realizar reuniões, dificultando a presença expressiva deste grupo prioritário. Outro fator foi a saída de um promotor do desenvolvimento estratégico do projeto, atrasando a continuidade



da implantação, acarretando na falta de uma pessoa para conduzi-lo, visto a experiência que este possuía com o tema da pesca. A dependência de um único articulador local, acarretou em pontos positivos e negativos no processo de reunir os envolvidos, vinculou-se apenas a este em envolver os atores locais, o que pode reduzir a gama de beneficiários com esta dependência, ao mesmo tempo em que se tem a vantagem de ganhar nele confiança para conduzir o trabalho.

As atividades de campo desenvolvidas pelo projeto de extensão até a criação do PAC confirmam o interesse e a viabilidade de se fomentar o cooperativismo e inserção do setor pesqueiro no sistema financeiro, tal qual se viu anos atrás no segmento da agricultura familiar. A mobilização social local teve papel fundamental no sucesso em se constituir o PAC. Registra-se também a presença da UFSC que pode se tornar um elemento estrutural no processo de dinamização das economias rurais no moldes citados por Bonnal (2011). O suporte prestado pela Universidade representou uma assistência fundamental que, em tese, é importante na concepção de projeto de desenvolvimento. Nesse sentido é um exemplo a ser seguido nos processos de desenvolvimento em qualquer região, levando-se sempre em consideração suas particularidades.

As conquistas do projeto talvez não estejam somente no município de Garopaba e nem na criação de mais uma organização de crédito, mas sim em fortalecer a questão da pesca para dentro do mundo cooperativista e do SNCR. Conquista assim mais um aliado nas lutas da pesca artesanal junto às políticas públicas. Pode criar também mais demandas em pesquisas e investimentos públicos e privados.

Enfim, mesmo acreditando que os temas e experiências analisados neste trabalho sejam recentes, não se pode considerá-los menos importantes para o desenvolvimento territorial sustentável, sobretudo em regiões rurais e pesqueiras.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Aped/Secco, 2006, p. 27-47.

ABRAMOVAY R.; MORELHO F. T. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. São Paulo. 2010 . Disponível em: <<http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/sitioindia/documentos/Paper-Country-Overview-Brazil.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2012

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Aped/Secco, 2010, p. 27-47.

BONNAL; P. KATO K. . Subsídios O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural. In: Carlos Miranda; Breno Tiburcio. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2011, v. 14, p. 61-82.

BONNAL, P.; CAZELLA, A; DELGADO, N. G. A. . Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: Carlos Miranda; Breno Tiburcio. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2011, v. 14, p. 35-60.

BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. v. 1. 387 p.

BANCO CENTRAL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: 05 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Governança cooperativa**: diretrizes para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: BSB, 2009. 256 p.

BRANDÃO, Sheila. **Cooperativismo de crédito rural**: a cresol de cerro azul. 2010. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

BÚRIGO, Fábio L. **Finanças e Solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis, 2006. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural**: Agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argus, 2007. 135 p.

BÚRIGO, Fábio L. Sistema Nacional de Crédito Rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades. In: VOLLES Adriana et al. (Org.). **Ensaio sobre Cooperativismo Solidário**. 1 ed. Francisco Beltrão: Infocos, 2010, v. , p. 426-458.

BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J. **Cooperativa de Crédito: Cartilha do Cooperativismo de Crédito Rural para Pescadores Artesanais. Aquicultores e Agricultores Familiares**. Florianópolis, UFSC/LEMATE/IADH, 2010.

BÚRIGO, Fábio L.; CAZELLA, A. A. ; CAPELLESSO, Adinor José . **Redes de cooperação e inovações financeiras em territórios de pesca**. In: 35 Congresso da Anpocs, 2011, Caxambu - MG. GT20 - METAMORFOSES DO RURAL CONTEMPORÂNEO. São Paulo : Anpocs, 2011.

CANC, Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa-. **O Crédito rural e suas particularidades**: Manual de crédito rural. Disponível em: <[http://www.cnac.coop.br/news/informativo/materias/11-1118/O\\_Cr%C3%A9dito\\_rural\\_e\\_suas\\_particularidades.aspx](http://www.cnac.coop.br/news/informativo/materias/11-1118/O_Cr%C3%A9dito_rural_e_suas_particularidades.aspx)>. Acesso em:10 jun 2012

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Curso de Agronomia, Departamento de Centro de Ciências Agrárias., Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAPELLESSO, A. J. Atividades de discussão e aprovação local da proposta organizacional (Produto 5). **Relatório de Atividades**, LEMATE/CCA/UFSC, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, Cleide. **Itaú tem maior lucro bancário da história do Brasil em 2011**. Disponível em: <<http://oglobo.com/economia/itau-tem-maior-lucro-bancario-da-historia-do-brasil-em-2011-3903048> >. Acesso em: 07 mai. 2012.

CAZELLA, A. **Contribuições metodológicas da sócioantropologia ao desenvolvimento territorial sustentável**. Florianópolis, Eisforia, 2006.

CAZELLA A. A., BONNAL P., Maluf R.S. In : Cazella Ademir Antonio (ed.), Bonnal Philippe (ed.), Maluf Renato S. (ed.). **Agricultura familiar : Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro : Mauad Ed., 2009. p. 291-301.

CAZELLA, A. A; BURIGO, F. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. **Política & Sociedade**, v. 8, p. 301-331, 2009.

CRESOL BASER. **Crédito rural**: experiência da agricultura familiar. Francisco Beltrão/PR. Grafisul, 2010. 32 p.

CRESOL. **Relatório de atividades** CRESOL BASER. Francisco Beltrão-pr: Grafisul, 2011. 07 p.

CRESOL BASER. **Boletim informativo do Cresol**. Francisco Beltrão, Cresol Baser, Disponível em: <<http://www.cresol.com.br>> Acesso em: mai./nov. 2012.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA-CRESOL. Disponível em:< <http://www.cresol.com.br/site>> Acesso em: 10 mai. 2012

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoBrasil.php>>. Acesso Mai/Jun/2012. Acesso em: <mai./jun. 2012.

DELGADO, N. G. ; LEITE, Sérgio Pereira ; BONNAL, Philippe ; KATO, Karina . Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. In: Carlos Miranda; Breno Tiburcio. (Org.). **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais** (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 8). 01 ed. Brasília: IICA, 2008, v. 08, p. 69-169.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, agosto de 2011, p. 89-130.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. 2010. Florianópolis, SC. Disponível em : < <http://cepa.epagri.sc.gov.br>>.

FAVARETO, Arilson da Silva . **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. 1. ed. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2007. v. 1. 220 p.

FELTRIM, Luis Edson (Org.) ; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira (Org.) ; DOLD, Alessandra von Borowski (Org.) . **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil:visão de diferentes atores**. 1. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 254 p.

FERREIRA, Aurélio B. Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Histórica, 2010.

FERREIRA, V. **As particularidades financeiras dos agricultores familiares e pescadores artesanais no litoral centro-sul catarinense**. Centro de Ciências Agrárias - Universidade Federal de Santa Catarina, PIBIC/CNPq. Florianópolis, 2010.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS; Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Desafios da gestão social dos territórios rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 48, 2010, Campo Grande, **Anais...** Campo Grande, 2010. 21p.

HAQ, Mahbub Ul. **Introdução ao Desenvolvimento Humano: Conceitos Básicos e Mensuração**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=167>>. Acesso em: 20 jun. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Resultados preliminares do universo. Brasília, novembro de 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php) >. Acesso em: 17 maio. 2012.

\_\_\_\_\_. População residente em 1º de abril de 2007, segundo os municípios. **Contagem da população 2007**. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contagem\\_da\\_Populacao\\_2007](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contagem_da_Populacao_2007) Acesso em: 17 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mapa político do estado de Santa Catarina**. 2009. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/politico/>. Acesso em: 17 mai. 2012.

LÉVESQUE, B. **Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável**: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. Revista Política & Sociedade. v.8, n.14, p.107-144, 2009

LOEBEL, E. . As noções de capital social e pobreza no Brasil. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 14, n. Ano VII, p. 5-26, 2004.

MALDONADO, F. SANTOS A.C. cooperativa de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações rurais \$ agroindústrias** ano/vol. 8 003. Universidade Federal de Lavras, Brasil, 2006. P. 323-333.

MAGRI, Cleidir A. et al. (Org.). O direito humano ao desenvolvimento e a agricultura familiar. In: RISSON, Cláudio et al. **Desenvolvimento, Democracia e Gestão do Crédito**: A Agricultura Família em Debate. Passo Fundo: Imed, 2009. p. 87-123

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo de crédito solidário**: Reflexões e boas práticas. Passo Fundo: IFIBE, 2010. p. 29-153

MARTELETO, Regina Maria; SILVA. **Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ciência da Informação. Brasília, v.33, n.3, p. 41-49, set/dez. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal> Acesso em: 05 jun .2012.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MDA. **Territórios Rurais**: sobre o programa. Brasília. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA. **Dinâmica econômica da aquicultura e pesca - território sul catarinense**. Florianópolis, 2011. Disponível em:<http://www.ceades.org.br>. Acesso em 03 Junho .2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural> >. Acessado em: 10 de junho de 2012.

NAZZARI, R. K. ; REULE, Eronice ; LAZZAROTTO, E. M. . Capital Social, desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo. In: II Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 2003, Cascavel. **Anais** do II Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Cascavel : Edunioeste, 2003. v. 1. p. 1-1

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito** : história da evolução normativa no Brasil /Marcos Antonio Henriques Pinheiro. – 6 ed. – Brasília : BCB, 2008. 92 p.

SACHS, I. 1993 **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 96p.

SEAP. Resultado do recadastramento nacional dos pescadores no Brasil. **Registro Geral da Pesca**. Brasília, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA - SEBRAE. **Cooperativa de crédito**: Série Empreendimentos Coletivos. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina em Números**: pesca e aquicultura / Sebrae/SC. - Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT. **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial**: Programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Brasília, 2005.

SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT. **MDA promove oficina no território da Baixada Ocidental (MA)**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=3572973](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3572973)>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de. O crédito como instrumento de política agrícola à atividade pesqueira no rio grande sul. **Rev. Bras. Agroecologia**, Rio Grande/rs, v. 2, n. 1, p.63-66, fev. 2007.

VEIGA, J. E. . **Desenvolvimento Territorial**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. Bahia Análise & Dados, Salvador, BA, v. 10, n. 04, p. 193-206, 2001

\_\_\_\_\_. Do crescimento Agrícola ao Desenvolvimento Rural. In: ANA CELIA CASTRO. (Org.). **Desenvolvimento em debate**. 1a ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad-BNDES, 2002, v. 3, p. 383-409.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável** - O desafio do Sec. XXI. 1ª. ed. Rio de Janeiro:Garamond,2005.v.1.226.

## **Anexo 1. Termo de Compromisso.**

### **TERMO DE COOPERAÇÃO E DE COMPROMISSOS**

Termo que entre si celebram a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – CENTRAL CRESOL BASER, neste ato representada por seu Diretor Presidente Vanderley Ziger, e pelo Presidente da sua Base de Serviço do Litoral de Santa Catarina Sr. José Luiz Colombi, o Grupo Organizador da Cooperativa de Crédito Rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, representada pelo Sr. Glaycon de Souza Silveira, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), representada pelo professor Fabio Burigo, coordenador do Projeto CNPq Promoção do cooperativismo de crédito junto aos pescadores e aqüicultores familiares, Edital CT-AÇÃOTRANSVERSAL/MCT/CNPq/SEAP-PR/CTAgro/CTFVA/ CTSaúde /CTHidro nº 07/2008- Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar, N° Processo: 559580/2008-8. Na sequência serão especificadas as ações que cada organização se compromete a promover no quadro deste termo de acordo e de compromissos:

#### **Central Cresol Baser e Base Litoral**

- 1) apoiar os membros da Comissão na formação de pessoal na área do cooperativismo de crédito rural, bem como a prestar toda orientação técnico-financeira necessária para o funcionamento da futura unidade de cooperativismo de crédito a ser criado na região do litoral Centro-Sul de Santa Catarina.
- 2) assessorar a constituição, inicialmente, de um Posto de Atendimento Cooperativo (PAC), o qual inicialmente pertencerá a Cresol Imaruí, a ser instalado na localidade de Campo D'Una no município de Garopaba:
  - a) a abertura deste PAC se dará no início de 2012, cabendo à Comissão definir a melhor data.
  - b) no decorrer dos três primeiros meses após a abertura do PAC se compromete a alocar R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para elaboração de projetos de financiamentos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluindo a modalidade de Pronaf-Pesca, e outros R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para financiamentos de projetos de microcrédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO);
- 3) de forma concomitante se dará continuidade ao processo de elaboração do Projeto de Constituição da Cooperativa de Crédito Rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, também, no início de 2012
  - a) se propõe a negociar com as cooperativas de crédito rural da sua base de serviço do litoral de Santa Catarina no sentido de fortalecer a nova Cooperativa. Essa negociação prevê os seguintes aspectos, visando uma coerência geográfica e uma atuação segundo os princípios do desenvolvimento

territorial com a Cresol Imaruí, a possibilidade dessa unidade se tornar um PAC da nova cooperativa dada as dificuldades de expansão que essa Cooperativa vem enfrentando;

#### **Grupo Organizador da Cooperativa de Crédito Rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina**

- 4) dar continuidade ao processo de mobilização de pescadores artesanais, agricultores familiares e empresários prestadores de serviços a essas categorias sociais no sentido de assegurar, no mínimo, 100 subscrições de novos associados para o processo de criação do PAC e 400 subscrições no ato de constituição da nova Cooperativa, processos previstos, respectivamente, nas alíneas ii e iii acima, caso essas metas não sejam atendidas não se dará continuidade às demais ações previstas neste Termo;
- 5) assegurar, via apoio de instituições locais, em especial da Prefeitura Municipal de Garopaba, a manutenção de despesas correntes do novo PAC relacionadas a aluguel de sala e contratação de pessoal por um período de um ano;
- 6) garantir prioridade de atendimento das demandas financeiras de pescadores artesanais e de agricultores familiares;
- 7) trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento territorial da área de abrangência da futura cooperativa não medindo esforços de mobilização de pescadores artesanais, agricultores familiares e autoridades públicas da região, em especial nas áreas de Biguaçu e Governador Celso Ramos, municípios participantes do Projeto UFSC/CNPq acima especificado.

#### **Projeto UFSC/CNPq - Promoção do Cooperativismo de Crédito Junto aos Pescadores e Aquicultores Familiares**

- 8) solicitar a prorrogação do prazo de vigência do Projeto junto ao CNPq, cujo término está previsto para início de novembro de 2011, para julho de 2012, visando prestar apoio na fase de criação do PAC e elaboração final do Projeto de criação da Cooperativa a ser enviado ao Banco Central do Brasil
- 9) colaborar na elaboração e revisão da versão final do Projeto de Constituição da Cooperativa de Crédito Rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina a ser encaminhado ao Banco Central;
- 10) acompanhar todas as atividades acima especificadas, atuando como mediador em caso de impasses ou da necessidade de rever ou ajustar alguma cláusula.
- 11) informar as lideranças e autoridades públicas dos municípios de Biguaçu e Governador Celso Ramos, que participaram das atividades anteriores do Projeto, sobre os encaminhamentos dados na região de Garopaba.
- 12) assegurar que encaminhamento semelhante seja dado nesses municípios, em especial no que se refere à abertura de um PAC, caso ocorra a mobilização e o comprometimento necessário da parte dos atores locais nos termos apresentados acima.



- 13) promover ações de mobilização comunitária com apoio da Cartilha de Crédito elaborada no âmbito do Projeto e de outros materiais de divulgação da proposta, visando a filiação de pescadores artesanais e agricultores familiares seja no PAC, seja na área de abrangência nova Cooperativa;
- a) essas atividades podem ser estendidas para a atual área de abrangência da Cresol Imaruí, cabendo à direção dessa Cooperativa e da Base de Serviço da Cresol Litoral de Santa Catarina demandar esse apoio e apoiar a execução.
- 14) auxiliar na formação de pessoal sobre os fundamentos do desenvolvimento territorial e sua correlação com as ações do cooperativismo de crédito rural solidário.

Por estarem de acordo com as especificações previstas neste Termo de Cooperação e de Compromisso segue, na sequência, as respectivas assinaturas dos responsáveis das partes interessadas:

Garopaba, ..... de Novembro de 2011.

-----

Gláycion de Souza Silveira  
Grupo Organizador

-----

Vanderley Ziger  
Central Cresol Baser

-----

José Luiz Colombi  
Base Litoral

-----

Fabio Burigo  
UFSC/LEMATE

Testemunhas:

-----

**Luiz Carlos Luiz**  
Prefeito Municipal de Garopaba

-----

## Anexo 2. Fotos das etapas iniciais do Projeto



Mutirão de Cartilhas de crédito, realizado em outubro de 2010.



Reunião municipal, realizada em outubro de 2010.



Presidente do sistema Cresol, visita o município em Junho de 2011

### Anexo 3. Fotos etapas finais do Projeto



Reunião para abertura do PAC, dezembro de 2011



a

b

Convite para inauguração do PAC(a) e filiação dos cooperados(b), realizado em Março de 2012



Inauguração PAC Garopaba, em Maio de 2012.